

**30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS  
24 A 28 DE OUTUBRO DE 2006  
GT09: GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE**

**DESEMPREGO FEMININO:  
VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE  
NAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO**

Nome do autor:

**Francisco Eduardo B. Vargas**

([fvargas@via-rs.net](mailto:fvargas@via-rs.net))

**Caxambu, outubro de 2006**

# **DESEMPREGO FEMININO: VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE NAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO**

## **1. Introdução: a delimitação do objeto de investigação**

No Brasil e no mundo, o desemprego tem sido cada vez mais um tema de debate público. Após os anos dourados do capitalismo pós-guerra, marcado pelo forte crescimento econômico, pelas políticas econômicas keynesianas e pelo pleno emprego, observa-se um crescimento generalizado das taxas de desemprego em países centrais e periféricos do sistema econômico mundial.

O crescimento das taxas de desemprego no Brasil já pode ser claramente observado na década de 1980, a chamada década perdida. Mas, é na década de 1990 que essas taxas crescem de maneira mais acentuada.

É também na década de oitenta que surgem, no Brasil, as primeiras tentativas de enquadrar o desemprego como objeto de políticas públicas, como categoria oficial capaz de definir os contornos da condição de desempregado e os critérios de acesso ao seguro desemprego.

É na década de 1980 que surgem, ainda, as pesquisas estatísticas especializadas na aferição dos indicadores do mercado de trabalho, entre as quais podemos destacar a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese. Diferentes concepções metodológicas e diferentes instrumentos foram acionados para aferir e dimensionar a realidade do desemprego no Brasil. Estabeleceu-se um dissenso sobre como medir a particularidade do desemprego num país como o Brasil, marcado por um mercado de trabalho profundamente diferenciado e heterogêneo e por mecanismos públicos muito frágeis de proteção ao desempregado.

A ampliação da insegurança e da precariedade do trabalho no contexto da mundialização do capital e da reestruturação produtiva e, particularmente, no contexto das políticas públicas liberalizantes de abertura comercial, amplificaram ainda mais a problemática do desemprego no Brasil a partir dos anos de 1990, quando parcelas até então imunes ao desemprego passam a experimentá-lo de forma mais freqüente e durável. É assim que a categoria desemprego invade o espaço público, ocupando lugar privilegiado na mídia e no debate político.

Ao mesmo tempo, a leitura dos dados estatísticos sobre o desemprego revela uma forte estruturação do fenômeno em termos de gênero. Quase sempre e por todo lugar no Brasil, as taxas de desemprego feminino são mais altas que as taxas de desemprego masculino. Essa constância tem sido impressionante, levando-nos à indagação a respeito das razões desse quadro.

Mas, afinal, o que é o desemprego?

O termo desemprego expressa, inicialmente, uma “privação de trabalho” ressentida por alguém que dele precisa para se manter materialmente e socialmente. Não se trata, necessariamente, de uma “privação de emprego”, ainda que, historicamente e conceitualmente, a categoria desemprego tenha se constituído e se consolidado para expressar a privação de um trabalho assalariado, de um emprego no sentido juridicamente codificado do termo. Apesar disso, o uso cotidiano e popular do termo desemprego no Brasil ampliou o significado desta categoria social, nela incluindo toda forma de “privação de trabalho”. As instituições

encarregadas de medir o problema da “privação de trabalho” em nosso país, referidas anteriormente, mobilizaram diferentes categorias linguísticas para expressar e medir essa privação. Enquanto o IBGE utiliza o termo “desocupação”, o DIEESE utiliza o termo “desemprego”. Não se trata, neste caso, de uma simples utilização de termos diferentes para expressar a mesma coisa. As metodologias dessas diferentes pesquisas e suas operacionalizações estatísticas expressam diferentes concepções de trabalho e de privação de trabalho no Brasil.

Estão em jogo, efetivamente, diferentes formas de conceber e medir essa privação de trabalho e o modo como podemos e devemos nomeá-la. Tal fato revela que as categorias sociais mobilizadas para representar e expressar a realidade social não são unívocas, homogêneas. Elas próprias são objeto de disputa, de uma luta simbólica para a construção, definição e fixação de seus significados. Tais lutas simbólicas estão enraizadas em conflitos sociais, em relações sociais para as quais o uso dessas diferentes categorias e de seus diferentes significados contribui para conhecer-reconhecer-desconhecer a realidade, dando a ela visibilidade-invisibilidade, pois toda forma de conhecimento é, em certa medida, uma forma de desconhecimento<sup>1</sup>.

É assim que podemos colocar a questão: onde começa e onde termina o desemprego, a privação de trabalho?

Inicialmente, os limites da categoria desemprego (no sentido amplo de privação de trabalho) podem ser definidos a partir da relação desta categoria com outras duas categorias básicas: o “trabalho” e a “inatividade”.

Por um lado, para estar desempregado, o indivíduo não pode ser considerado um trabalhador ocupado, alguém que tenha um trabalho. A questão que se coloca, neste caso, é: qual é o trabalho, a ocupação ou a situação ocupacional que se pode considerar como legítima para classificar um indivíduo como ocupado ou como desempregado? Está ocupado quem faz um bico ou trabalho eventual? Se o trabalho não for remunerado, ou muito mal remunerado, ou ainda se a jornada de trabalho for muito reduzida ou muito instável, esse trabalho pode ser considerado como “ocupação” ou o indivíduo em tal condição está “desempregado”? Mas, onde começa e onde termina, quais são os limites dessa “instabilidade”, dessa “baixa remuneração”, dessa “baixa jornada”? Até que ponto esses critérios são legítimos para caracterizar a “ocupação” ou o “desemprego” e quais são esses limites, essas fronteiras?

Coloca-se claramente, neste caso, um problema de definição de fronteiras entre o “trabalho” e o “desemprego”. Num país como o Brasil, onde o trabalho precário é amplamente difundido, o debate sobre esses limites torna-se extremamente relevante. A existência de formas e alternativas de trabalho não assalariadas torna problemática a definição das fronteiras da privação de trabalho e, portanto, do desemprego. O uso da categoria desemprego é legítimo a partir de que limites, a partir de que condições de privação de trabalho?

O propósito desta pesquisa não é de propor normas para a delimitação dessas fronteiras, mas de problematizar a construção social e histórica dessas categorias, de investigar os seus “usos sociais”, seus significados explícitos e implícitos, o grau de enraizamento das mesmas nas relações sociais que elas ao mesmo tempo expressam e contribuem para produzir e transformar. Assim, o problema das fronteiras entre emprego e desemprego, ocupação e desocupação, trabalho e privação de trabalho nos remete a analisar o estado das relações sociais de classe num país como o Brasil, onde a privação do trabalho pode estar sendo “subestimada” pelas estatísticas oficiais. O que está verdadeiramente em jogo não é apenas a privação do trabalho, mas os efeitos dessa privação, isto é, a privação no acesso a recursos materiais e simbólicos que sedimentam as desigualdades sociais no país.

---

<sup>1</sup> Queremos afirmar com isso que todo conhecimento é seletivo, recorta parcialmente a realidade, tornando visíveis certas dimensões consideradas significativas e tornando invisíveis outras dimensões consideradas secundárias ou sem importância.

Assim, poderíamos perguntar: É o desemprego um fenômeno ocasional e arbitrário na história recente de nosso país ou ele sedimenta relações sociais profundamente desiguais e antagônicas? Recentemente, a ampliação das taxas de desemprego estaria indicando uma modificação e deslocamento dessas relações sociais, das lutas sociais e das diferentes modalidades de disputa pela distribuição da renda e da riqueza no Brasil? Como os segmentos médios são afetados por essa situação? Como os setores estruturalmente precários enfrentam essa privação de trabalho mais recentemente?

Por outro lado, os limites e as fronteiras do desemprego estão diretamente relacionados com os limites e fronteiras da “inatividade”. Um indivíduo “desempregado” ou “desocupado” distingue-se de um “inativo” na medida em que deseja e busca obter um trabalho ou emprego. As pesquisas estatísticas tentam estabelecer essa distinção propondo critérios objetivos para caracterizar a “procura de trabalho”. Não se trata apenas de desejar um emprego, o que remeteria a uma dimensão excessivamente subjetiva e de difícil mensuração objetiva, mas de procurar efetivamente e sistematicamente um emprego. O “inativo” é aquele indivíduo que, não tendo uma atividade econômica remunerada, também não procura trabalho ou emprego. Neste caso, a inatividade (em sentido econômico) seria uma condição desejável.

Mas não existiriam, também, problemas de definição das fronteiras entre o desemprego e a inatividade? Um indivíduo considerado inativo não poderia estar numa situação de desemprego invisível? Um estudante que deseja trabalhar, mas que já não procura emprego há algum tempo está inativo ou desempregado? Um aposentado que recebe uma pensão e que, ao mesmo tempo, procura um emprego enquanto realiza trabalhos eventuais está efetivamente inativo ou está desempregado? A dona de casa que se ocupa de seus filhos e dos afazeres domésticas e que também desejaria ter um emprego e não encontra está inativa ou está desempregada?

Percebe-se, logo, que as fronteiras entre o “desemprego” e a “inatividade” também não são imediatamente evidentes, envolvendo um quadro complexo de fatores e condições a serem investigadas.

Do ponto de vista deste artigo, pretendemos problematizar a constituição desses limites e fronteiras à luz das relações sociais e, neste caso particular, das relações sociais de gênero que se tecem no mundo social. Interessa-nos indagar, sobretudo, em que medida as relações entre homens e mulheres no espaço doméstico ou nos demais espaços sociais, seus papéis e suas diferentes atividades e responsabilidades sociais, afetam a formação, construção e sedimentação desses limites entre o desemprego, o trabalho e a inatividade.

A atribuição preferencial às mulheres das tarefas e responsabilidades domésticas não acarretaria um prejuízo a elas em suas modalidades de inserção no mercado de trabalho? Neste caso, não estariam sendo constituídas barreiras que limitam objetivamente e subjetivamente a atividade feminina, a ocupação econômica regular e a procura de trabalho? Em que medida e de que forma os diversos atores sociais e as próprias mulheres percebem e representam essa privação de trabalho? Tal reconhecimento existe e é legítimo? O desemprego constitui uma categoria identitária através da qual as mulheres exprimem sua privação de trabalho? Como elas o fazem em relação a outras categorias identitárias alternativas como de “mães”, “esposas”, “donas de casa”?

Tentaremos examinar algumas dessas questões, sem a pretensão de esgotar a complexidade do fenômeno. Vale ressaltar que ao problematizarmos o desemprego como categoria social de entendimento, como construção social, não estamos relegando a um segundo plano os processos históricos mais objetivos e macrossociais, estamos apenas redefinindo seu estatuto na explicação sociológica. Trata-se, primeiramente, de negar a esses processos uma “naturalidade” e uma “realidade” independente das ações e representações dos atores sociais. O desemprego não existe objetivamente na realidade como substância, como

objeto exterior, independentemente do modo como os diversos atores sociais ocupam o espaço social, estabelecem relações entre si e representam sua condição no mundo.

Uma sociologia do desemprego supõe uma problematização dessa categoria social como categoria historicamente construída e cuja construção ocorre em contextos sociais e relacionais específicos. Não se trata, portanto, de reificar essas construções sociais, dando a elas um tratamento abstrato, independentemente do “uso concreto” que delas os atores fazem para interpretar a realidade e nela orientar seus comportamentos. Trata-se, pois, de reconhecer o caráter “real” dessa dimensão subjetiva da vida social. As categorias de entendimento do mundo social não são cópias ou representações mecânicas desse mundo, são constitutivas da realidade social, de sua produção e transformação.

Problematizar o desemprego como construção social, como categoria social de entendimento da realidade social, significa reconstituir o modo como os diversos atores e instituições sociais definem suas práticas e constroem suas representações em relação ao desemprego. Mas não basta isso. Significa também problematizar o modo como as experiências, as práticas e as representações sobre o desemprego expressam, produzem e transformam as relações sociais e o próprio contexto histórico e social no qual estas relações estão inscritas. Assim, numa perspectiva relacional, a sociologia deve necessariamente reconstruir esse espaço social no qual diferentes atores sociais ocupam diferentes posições e controlam um conjunto diferencial e desigual de recursos materiais e simbólicos. Neste sentido, o desemprego pode ser analisado seja como uma posição no espaço social, implicando um importante deslocamento dos atores nesse espaço<sup>2</sup>, seja como uma categoria de representação da realidade e, por isso, um recurso simbólico mobilizado pelos atores na orientação de suas práticas sociais. Neste caso, a identidade de um indivíduo enquanto “desempregado” não é o simples reflexo subjetivo de uma condição objetiva de privação de trabalho. Essa privação é, ao mesmo tempo, ressentida, experimentada subjetivamente e definida, identificada socialmente e institucionalmente.

O desemprego torna-se, assim, uma categoria identitária (Desmazière, 1992) e tal como as demais categorias sociais, é historicamente situada e construída, segundo os recursos materiais e simbólicos mobilizados pelos atores. Neste caso, é preciso reconhecer que a identidade é um processo relacional, remetendo não apenas ao modo pelo qual o próprio ator se define (mobilizando categorias sociais pré-existentes), mas ao modo pelo qual ele é definido pelos outros atores, o que pode envolver um processo mais ou menos explícito de negociação, segundo um diferencial de poder (recursos disponíveis) entre esses atores.

A hipótese inicial deste artigo é de que o desemprego enquanto categoria social de entendimento da realidade emerge com muita dificuldade no Brasil, tendo em vista as profundas desigualdades e assimetrias em termos de relações de classe. Isto ocorre não apenas porque, no Brasil, o trabalho assalariado estável não se generalizou para o conjunto da população ativa. Ocorre também porque, em nosso país, jamais o trabalho estabeleceu-se plenamente como princípio social, político e cultural de pertencimento, de identidade e de proteção social. Tal processo ocorreu de forma restrita e heterogênea. Deste modo, as fronteiras entre o trabalho e sua privação ficaram sempre indeterminadas, o que contribuiu e contribui para uma certa invisibilidade do desemprego.

Por outro lado, a emergência do desemprego não pode ser adequadamente compreendida se não investigarmos a constituição do fenômeno pelas relações sociais de gênero. A posição de homens e mulheres no espaço e no trabalho doméstico também contribui decisivamente para estruturar as fronteiras entre trabalho, desemprego e inatividade. Na medida em que absorve o trabalho feminino, o trabalho doméstico pode contribuir para tornar invisível o desemprego feminino, uma vez que pode implicar as mulheres numa situação imediata de indisponibilidade para o trabalho remunerado.

---

<sup>2</sup> O desemprego como “posição” redefine o lugar dos indivíduos e dos grupos no espaço social – no espaço doméstico, no espaço econômico – afetando a distribuição dos recursos materiais e simbólicos.

A seguir, no item 2 deste artigo, apresentaremos alguns referenciais conceituais no debate sobre o desemprego. Após, nos itens 3 e 4, apresentaremos alguns dados empíricos e algumas observações de campo que permitem uma melhor fundamentação das hipóteses de investigação aqui apresentadas. Primeiramente, analisaremos a emergência do desemprego no Brasil como categoria social objetiva, isto é, como categoria social codificada por procedimentos institucionais como as pesquisas estatísticas. Em seguida, apresentaremos alguns resultados da análise de algumas trajetórias de homens e mulheres no mercado de trabalho, a partir das quais pudemos investigar a construção subjetiva do desemprego, enfocando as experiências de privação de trabalho.

## **2. A sociologia e a construção de um novo objeto de investigação: o desemprego como categoria social de entendimento e como relação social**

O desemprego como categoria social de entendimento da realidade tem sido cada vez mais mobilizada tanto na linguagem corrente, no chamado senso comum, como no debate científico e acadêmico. Essa intensa mobilização da categoria desemprego é a expressão de uma problemática social que se impõe também como uma problemática sociológica.

A história da sociologia tem se construído e se alicerçado nesse diálogo entre os discursos correntes, as linguagens cotidianas, e as linguagens científicas, discursos pautados pela idéia da objetividade, da construção de critérios racionais de validação do saber.

O ponto de partida do conhecimento sociológico, como bem revela a história dessa disciplina, supõe um processo de problematização dessas categorias pré-construídas, “naturais”, sejam elas populares ou especializadas (senso comum ou ciência). O objetivo disso não é apenas melhor definir e delimitar o objeto de investigação, garantir o rigor conceitual, lógico e metodológico, como bem enfatizou Durkheim (2005), mas também de fazer a arqueologia do processo histórico e social de construção dessas categorias e de sua importância na estruturação do espaço social. Como nos mostra Bourdieu (1990), essas categorias não são apenas nem fundamentalmente reflexos e reproduções, ainda que incompletas, da realidade social. Elas constituem e produzem essa realidade, elas são mobilizadas pelos atores sociais, a partir de suas posições no espaço social, para expressarem seus entendimentos e suas lutas. A própria ciência, e particularmente a sociologia, não escapa a essa luta simbólica pela melhor definição dessas categorias e da própria realidade.

Assim sendo, não se trata de estabelecer a priori a melhor e mais precisa definição dessas categorias<sup>3</sup>, neste caso o desemprego. Trata-se também de rastrear e identificar seus sentidos reais e possíveis, deles extraindo os problemas mais diversos. Do ponto de vista da sociologia, tais problemas são aqueles que nos informam o modo como as relações sociais estão construídas e em processo de transformação, identificando seus atores, suas ações e o conjunto de significados por estes elaborados e mobilizados em suas experiências sociais.

O desemprego é, pois, um problema social na medida em que a privação de trabalho dele decorrente acarreta para o desempregado consequências pessoais e sociais adversas e indesejáveis, como a impossibilidade de garantir as condições materiais de sua subsistência ou, simplesmente, de garantir reconhecimento e dignidade.

O desemprego, portanto, pode abrigar uma diversidade imensa de significados, variando segundo a posição do indivíduo no espaço social, seja no âmbito doméstico e privado, seja no âmbito econômico e público. Ainda que o senso comum frequentemente reduza o significado dessa experiência como tragédia, como uma experiência desestabilizante - o que na verdade expressa o caso “típico” do provedor da família impossibilitado de sustentar seus dependentes -

---

<sup>3</sup> Ainda que esse procedimento seja necessário e fundamental.

esse sentido não é necessariamente nem frequentemente a experiência efetiva do conjunto dos desempregados.

Mas, afinal, o que é o desemprego e quem são os desempregados? Quem pode e quem não pode ser classificado nesta categoria? Quais são as condições e conseqüências que envolvem o desemprego?

Problematizar o desemprego enquanto categoria social de entendimento significa, pois, reconhecer que suas fronteiras, seus limites e os critérios de classificação são não apenas objeto de conhecimento, mas também objeto de disputa, não só pelos cientistas, cuja atividade é construir e delimitar categorias, mas pelos demais atores sociais. Dizer que essas fronteiras não são rígidas não significa afirmar, porém, que elas não existam e não sejam reais. Se o senso comum é capaz de reduzir o desemprego a algumas fórmulas relativamente simples e de fácil entendimento - como uma experiência desestabilizante, por exemplo - é porque as relações sociais e o conjunto de significados construídos pelos atores sociais estão em grande medida estruturados.

Assim, como o próprio termo na língua portuguesa indica, o desemprego não é qualquer privação de trabalho. O desemprego é um fenômeno historicamente datado e manifesta-se apenas com a consolidação das modernas relações de trabalho capitalistas que generalizaram a condição salarial para o conjunto dos trabalhadores modernos. O desemprego é, pois, a privação de trabalho em condições sociais específicas, no contexto das relações sociais de assalariamento. O desemprego é, portanto, em princípio, uma privação de emprego, de um trabalho assalariado. É na medida em que as relações de assalariamento se consolidam e se ampliam que o desemprego pode aparecer como problema social, pois, entre outras coisas, o trabalhador assalariado, tal como fora definido por Marx (1983), é aquele trabalhador que, não possuindo meios de produção e instrumentos de trabalho, dispõe apenas de sua própria força de trabalho para sobreviver. Este é o arquétipo do trabalhador moderno, cristalizado, sobretudo, na figura do operário industrial. A tragédia do desemprego é, pois, uma leitura direta e natural dessa condição social marcada pela privação de trabalho sem que o trabalhador disponha de outros meios para subsistir.

### **A moderna condição salarial e a invenção do desemprego**

Como nos mostra Castel (1995), a condição salarial tem uma história e a posição do trabalhador no espaço social se transformou profundamente no decorrer da mesma. A condição salarial significou a mais completa exclusão e indignidade no período de formação do capitalismo moderno, até tornar-se uma condição dotada de proteção e reconhecimento público. Mais ainda, o trabalho passa a ser, frequentemente, um fator identitário central, capaz de conferir aos indivíduos um sentido de dignidade. A estabilização e a codificação da relação salarial nas modernas empresas capitalistas levaram a uma clara delimitação do trabalho como atividade social marcada por jornadas definidas, direitos assegurados, remunerações prescritas, proteções estabilizadas. O trabalho assalariado moderno, estabilizado, torna-se o substituto da propriedade como princípio de pertencimento e como fator de proteção social.

Neste sentido, o próprio desemprego tem uma história, sendo ele próprio objeto de uma invenção. A invenção do desemprego, como sustentam alguns autores<sup>4</sup>, supõe a formação e consolidação de um conjunto de dispositivos institucionais destinados a definir, medir e proteger os trabalhadores assalariados submetidos a uma situação de privação involuntária de trabalho e de meios de subsistência. Tal processo representou a delimitação e o reconhecimento público da condição de desempregado e a possibilidade de reivindicar legitimamente uma indenização para o provimento dessa condição social. O objetivo de tal projeto era diferenciar, discriminar

---

<sup>4</sup> A esse propósito ver particularmente Salais (1986) e Topalov (1994).

positivamente a situação de um segmento da população cujos problemas tinham raízes distintas daquela apresentada por outros segmentos, os pobres, os inválidos, os velhos, os doentes.

Ora, enquanto as relações capitalistas assalariadas mesclam-se com outros tipos de relações de trabalho, as fronteiras do desemprego não aparecem nitidamente, pois um trabalhador que perde seu emprego numa fábrica, por exemplo, poderá encontrar outras alternativas de sobrevivência se for um artesão ou um pequeno agricultor que dispõe de terra para trabalhar ou de outros meios de produção e instrumentos de trabalho. Em “O Capital”, Marx (1983) nos mostra que a consolidação do capitalismo moderno implica a gradativa destruição dessas formas de trabalho não capitalistas e a liberação de grandes contingentes de trabalhadores que se tornam reserva de trabalho para o capital. Essa mesma história nos mostra, porém, que estas outras formas de trabalho nunca foram completamente eliminadas, que não há uma tendência intrínseca para isso, que as relações de assalariamento podem coexistir com outras relações de trabalho, diretamente ou indiretamente apropriadas pelo capital e mesmo sem serem apropriadas pelo capital.

A invenção do desemprego é, portanto, a formação de um conjunto de práticas e representações sociais institucionalizadas nas políticas públicas de proteção aos desempregados e nas pesquisas estatísticas destinadas a medir seus contingentes. Tal invenção do desemprego é a outra face da própria invenção do trabalho na modernidade capitalista; trabalho aqui entendido como a moderna condição salarial, o assalariamento estável, marcado por esse conjunto de dispositivos de proteção e bem estar. O trabalho assalariado estável e o próprio desemprego têm como contrapartida o Estado social e a empresa capitalista estável e organizada. São essas as instituições que estão na base da representação moderna do trabalho e do desemprego.

É na medida em que o trabalho se estabiliza em jornadas definidas, em regras jurídicas estáveis, em proteções às condições de trabalho e de emprego da força de trabalho, que o desemprego pode ter suas fronteiras definidas em relação ao “trabalho” e à “inatividade”. Essas categorias são, todas elas, produtos típicos do capitalismo contemporâneo, da consolidação da relação salarial moderna, da norma do emprego estável.

Logo, o desemprego não emerge imediatamente com a formação das relações capitalistas no limiar da revolução industrial. Uma longa história social foi necessária para que a condição de desempregado adquirisse um estatuto público de reconhecimento e legitimidade. É no contexto de um capitalismo competitivo e pouco regulado que o desemprego, a pobreza, a mendicância, a invalidez confundem-se no cenário social, tal como nos mostra a história durante os séculos XVIII e XIX. Daí a importância dos projetos de reforma social empreendidos na Europa a partir do final do século XIX no sentido de estabilizar as relações capitalistas de trabalho e de distinguir, entre os vulneráveis e excluídos, aqueles cuja condição decorria não de sua suposta “preguiça”, “pobreza”, “invalidez”, mas de uma perda involuntária de emprego.

Como nos mostra Salais (1986), os primeiros desempregados reconhecidos como tais e medidos pelos primeiros levantamentos estatísticos na França e nos demais países europeus eram os operários de estabelecimentos organizados que haviam involuntariamente perdido seus empregos. Eram homens, chefes de família e não tinham nenhum vínculo com outras formas de trabalho.

É só ao longo da primeira metade do século XX que a categoria desemprego se consolida institucionalmente, se estabiliza, sendo reconhecido como desempregado todo trabalhador sem ocupação alguma, disponível para o trabalho e em situação de procura ativa de trabalho. Esse conceito de desemprego foi institucionalmente consolidado e passou a orientar as normas internacionais definidas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, sendo utilizado nas pesquisas estatísticas destinadas à mensuração do desemprego. A operacionalização desse conceito seguiu, pois, padrões internacionais pautados pela experiência histórica dos países capitalistas avançados. Nestes países, durante a maior parte do século XX,



prevaleceu a penúria de força de trabalho, sobretudo no período pós-guerra com o processo de reconstrução da Europa, com a consolidação do modelo taylorista-fordista de organização do trabalho e das políticas públicas keynesianas e seus fortes mecanismos de regulação econômica.

### **A crise do trabalho e a reestruturação produtiva**

É no limiar desse período, na década de 1970, que um processo de reestruturação produtiva marca profundamente o mundo do trabalho e os mecanismos sociais de regulação pública. Várias designações são propostas para caracterizar essa nova etapa do processo de acumulação capitalista: pós-fordismo, neo-fordismo, acumulação flexível, toyotismo.<sup>5</sup> Todas estas designações procuram dar conta da emergência de um novo paradigma produtivo e de um novo modo de regulação social no contexto de uma nova revolução tecnológica. Todas estas mudanças reforçam o debate sociológico acerca da crise do trabalho, da crise da sociedade do trabalho, da perda de centralidade do trabalho no mundo contemporâneo<sup>6</sup>.

Frequentemente evocada como uma ofensiva do capital num contexto de globalização econômica crescente e de acirramento da concorrência internacional, essa reestruturação produtiva e a crise dela decorrente resultaram num conjunto de políticas de flexibilização e desregulamentação do trabalho. É nesse contexto que a norma do emprego estável se esfacela. As formas ditas atípicas de trabalho – o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial, os estágios – passam a ser as modalidades preferenciais de contratação, implicando menos direitos e mais instabilidade para os trabalhadores. As práticas de subcontratação e terceirização implicam, de um lado, a descentralização do capital como estratégia de enxugamento e redução dos custos e, de outro, uma crescente informalização e instabilidade das relações de trabalho.

É neste contexto que as políticas de pleno emprego do período anterior cedem lugar às novas políticas de desregulamentação do trabalho, num quadro de avanço das concepções neoliberais de gestão econômica e de gestão da esfera pública, com políticas agressivas de privatização e políticas econômicas ortodoxas de controle dos gastos públicos.

É nesse contexto que o desemprego passa a se constituir como um elemento central na agenda política e no debate público. Não só aumentam as taxas de desemprego em quase todos os países capitalistas, como também diminuem e se restringem os mecanismos de proteção aos desempregados, face à própria crise do Estado de bem estar.

Essa crise do trabalho já fora anunciada, porém, anteriormente, segundo o paradigma da sociedade pós-industrial formulado por Bell (1977). Segundo este autor, a redução do trabalho industrial e a expansão dos serviços, das atividades técnicas e profissionais colocariam em xeque um modelo de sociedade produtivista, centrada na racionalidade técnico-burocrática do trabalho industrial. Numa perspectiva claramente tecnologista, tal paradigma se abrigaria logo a seguir no conceito de sociedade da informação, para a qual as novas tecnologias informacionais estariam provocando uma revolução social e cultural profunda<sup>7</sup>. É nessa perspectiva que alguns autores sustentariam a idéia do fim do trabalho como a contrapartida destas transformações tecnológicas.

Numa outra perspectiva, os críticos da reestruturação produtiva enfatizam não tanto a descontinuidade dessas transformações, mas a permanência do caráter capitalista deste regime de acumulação (Harvey, 1996), mostrando o impacto objetivo e subjetivo dessas transformações sobre o mundo do trabalho.

---

<sup>5</sup> Ver particularmente Harvey (1996), Antunes (1999), Alves (2000).

<sup>6</sup> Offe (1989).

<sup>7</sup> Ver Kumar (1997).

Assim, segundo Offe (1989), a perda de centralidade do trabalho não é apenas um processo objetivo, marcado pela redução do trabalho industrial, pela heterogeneidade crescente da classe trabalhadora e pelo enfraquecimento político de um ator político central na era industrial, a classe operária. Essas transformações não implicam apenas um importante deslocamento dos conflitos e lutas sociais, cada vez menos centrados no mundo industrial, nas lutas econômicas e mais voltados para questões como meio ambiente, paz e desarmamento, liberdade religiosa, igualdade de gênero e etnia. Implicam, também, uma perda da centralidade subjetiva do trabalho como princípio de constituição da identidade e da ação individual e coletiva. Nesta perspectiva, as transformações recentes no mundo do trabalho reforçariam tais tendências, na medida em que cada vez menos o trabalho se torna um princípio organizador das biografias individuais. A redução do trabalho organizado numa carreira, como atividade contínua e estável, estariam minando a ética do trabalho e reduzindo a importância subjetiva do trabalho.

A idéia de uma crise do trabalho e do fim do trabalho tem se prestado a uma série de confusões conceituais, pois o trabalho a que se refere esse debate constitui apenas uma forma específica, o trabalho assalariado estável. Assim como é possível observar uma redução do trabalho industrial e do trabalho assalariado estável, é possível observar também um crescimento das formas de trabalho instáveis e precárias. Logo, o problema do desemprego não se expressa somente na elevação de suas taxas, mas evidencia-se na sua própria constituição enquanto categoria social. Se os limites do trabalho se tornam cada vez mais instáveis, se esfacelam, se fluidificam, tendo em vista a decomposição da norma do emprego estável, o mesmo ocorre com o desemprego.

### **A questão do trabalho no Brasil**

No Brasil, esse debate tem sido já há algum tempo importante, na medida em que em nosso país a norma do emprego estável jamais se generalizou para o conjunto da classe trabalhadora. A literatura sociológica latino-americana sublinhou o caráter retardatário de nosso capitalismo, o que implicou na consolidação de um modelo de modernização econômica baseado numa baixa capacidade de geração de postos de trabalho de boa qualidade. A discussão sobre subdesenvolvimento e dependência esteve no centro do debate sociológico nos anos 50 e 60, numa tentativa de interpretar a natureza peculiar do nosso desenvolvimento capitalista. Esse debate trouxe contribuições teóricas importantes para a compreensão de nossa realidade, mas não chegou a problematizar de forma central a questão da privação do trabalho no Brasil.

Na década de 1960 e 1970, o debate sobre marginalidade tocou mais detidamente nesta questão, mostrando um pouco os efeitos desse desenvolvimento capitalista desigual, heterogêneo e dependente. Através do conceito de massa marginal (Nom, 2000), alguns autores propuseram a idéia de que uma parte expressiva da superpopulação relativa formada no capitalismo latino-americano não teria nenhuma função para o capital, não constituindo nem mesmo uma reserva de trabalho para as grandes empresas capitalistas. Devido às exigências de qualificação e formação profissional, essa massa marginal disfuncional, sem qualificação e pouco escolarizada, estaria colocada à margem do mercado e da economia capitalista organizada. Essa tese seria criticada por Kowarick (1977) que, ao rejeitar o conceito de massa marginal, sustentou a posição de que os trabalhadores ditos informais, autônomos, não assalariados, também contribuíam decisivamente para o processo de acumulação capitalista, seja na distribuição de mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas, seja na oferta de bens e serviços a baixos preços que contribuiriam para a reprodução física e social dessas populações de baixa renda.

Numa perspectiva estruturalista, esses estudos problematizaram a questão do trabalho sem, contudo, constituir um campo de investigação sobre o desemprego como categoria social específica (objetiva e subjetiva) e como experiência delimitada nas trajetórias individuais. As condições histórico-sociais (forte crescimento econômico, expansão industrial, informalidade do trabalho) bem como o contexto intelectual das ciências sociais (marcado pela hegemonia das correntes estruturalistas marxistas ou funcionalistas) não favoreceram a constituição de um campo de estudos particular, uma sociologia do desemprego.

## **Trabalho e relações de gênero**

A emergência dos movimentos feministas e dos novos movimentos sociais a partir, sobretudo, da década de 1960 teve um forte impacto sobre as ciências sociais que passaram a incorporar a problemática de gênero e particularmente de gênero no trabalho. Como nos mostra algumas autoras<sup>8</sup>, não se trata apenas de um novo campo temático nas ciências sociais, no qual se procura contemplar o conhecimento das experiências femininas no mundo social, tão menosprezadas pela tradição das ciências sociais. Não se trata apenas de recontar a história social colocando as mulheres como atores importantes. A ruptura é mais profunda, uma outra epistemologia redefine o campo de visibilidade dos fenômenos sociais. É assim que os estudos de gênero no trabalho passam a pensar a relação entre o espaço produtivo e o espaço reprodutivo, as articulações entre esfera pública e esfera doméstica e o modo como esses espaços sociais se condicionam reciprocamente.

É assim também que o conceito de gênero, opondo-se à noção de sexo biologicamente determinado, sugere a noção de sexo social, ou, mais precisamente, a necessidade de perceber as diferenças e desigualdades de gênero como socialmente e culturalmente construídas e não determinadas pelo organismo biológico. Neste sentido, o próprio corpo, como substrato biológico, precisa ser problematizado como objeto de conhecimento e de representações. Foi preciso, portanto, fazer um trabalho de desnaturalização dos corpos e de compreensão do que Bourdieu (2000) chama de mecanismos de des-historização e de naturalização das relações entre homens e mulheres operadas pelas instituições dominantes numa sociedade androcêntrica.

É assim que as relações de gênero passam a ser pensadas a partir de categorias tais como a “divisão sexual do trabalho”<sup>9</sup>, “dominação masculina”, numa tentativa de apreender as relações entre homens e mulheres como relações sociais assimétricas, desiguais, hierarquizadas, baseadas em mecanismos materiais e simbólicos de dominação e subordinação. O espaço social não é apenas um espaço marcado por relações de classe, isto é, por relações entre atores que ocupam uma posição específica nas esferas econômica e política. O espaço social também é estruturado em termos de outras relações sociais, como as relações de gênero.

É assim que os estudos sobre gênero e trabalho passam a mostrar que a presença constante e crescente das mulheres no mercado de trabalho desloca gradativamente a divisão sexual do trabalho, consolidando novos mecanismos de subordinação das mulheres.

Estes estudos revelam que a forte presença das mulheres no mercado de trabalho continua sendo acompanhada de uma forte divisão sexual do trabalho, remunerado ou doméstico. Mostram ainda que as práticas e representações dominantes sobre o trabalho doméstico afetam profundamente o modo como as mulheres ingressam no mercado de trabalho remunerado. As duplas jornadas de trabalho, a concorrência do trabalho doméstica, a suposição de que as mulheres sejam menos disponíveis e menos interessadas em investir no campo profissional, constituem importantes obstáculos que impedem que as mulheres disputem em

---

<sup>8</sup> A esse propósito ver Scott (1990), Löwy e Rouch (2003).

<sup>9</sup> Ver Kergoat (2000), Hirata (2002).

igualdade com os homens os melhores postos de trabalho. Instabilidade, baixos salários, insegurança no emprego passam a ser vistos como indicadores da posição subordinada das mulheres nessas relações sociais de gênero.

É assim que uma sociologia do gênero no trabalho é capaz de constituir uma sociologia do desemprego. Se as experiências de trabalho são vividas no masculino e no feminino, o mesmo vale para o desemprego. Nestes termos, a análise das experiências de homens e mulheres no mercado de trabalho, a investigação de suas trajetórias profissionais, contribui não apenas para compreender mais profundamente o desemprego, as condições de sua produção e as relações de classe em transformação. Contribui também para investigar o modo como a própria experiência de desemprego leva à manutenção ou transformação das relações sociais entre homens e mulheres.

### **3. A emergência do desemprego no Brasil**

A partir da formação, expansão e consolidação de um modelo de desenvolvimento capitalista urbano-industrial, a evolução do mercado de trabalho brasileiro pode ser distinguida em dois grandes períodos. No primeiro período, que vai de 1930 a 1980, o mercado de trabalho brasileiro passou por um longo processo de estruturação que culminou na consolidação de uma ampla, diferenciada e heterogênea estrutura ocupacional. A ampliação das relações de assalariamento e a consolidação de uma economia com uma forte base industrial não produziram, no entanto, um amplo processo de integração do conjunto dos trabalhadores às formas modernas de trabalho e de relações salariais. Tanto o assalariamento desprotegido como as formas de trabalho não assalariadas, marcadas por uma forte precariedade, continuaram a ter uma grande importância na estrutura ocupacional que foi se consolidando. Assim, a modernidade brasileira experimentou um processo de expansão industrial e capitalista marcada por fortes desigualdades no mercado de trabalho e na estrutura social em seu conjunto. Naquele período, o desemprego não só não aparece como um problema econômico relevante, pois os indicadores mostram baixas taxas de desemprego no país, como nem mesmo comparece no debate político como uma questão social significativa.

Naquele período, a questão social e a questão do trabalho estavam relacionadas, sobretudo, com o problema do baixo nível de renda e proteção de amplos segmentos da sociedade brasileira que se vêem diante de uma situação de pobreza e elevada precariedade social.

No período seguinte, a partir dos anos de 1980, sinais de crise e instabilidade econômica, num primeiro momento, e as políticas de ajuste econômico e de reestruturação produtiva, num segundo momento, levam a uma significativa deterioração do mundo do trabalho e revelam um amplo processo de desestruturação do mercado de trabalho. É nesse contexto que o desemprego emerge e consolida-se como questão social central. À velha precariedade do mundo do trabalho no Brasil, à pobreza, à marginalidade e à informalidade, somam-se às novas precarizações do trabalho, das quais o desemprego é um dos principais sintomas. O problema da privação do trabalho estará marcado, assim, por novas e múltiplas facetas.

A Tabela 1 mostra a evolução do desemprego aberto<sup>10</sup> no Brasil nos últimos 30 anos, segundo dados compilados pela Organização Mundial do Trabalho. Os dados revelam que as taxas de desemprego na década de 1970 eram muito baixas, oscilando entre 1,8% e 2,8% como

---

<sup>10</sup> São considerados desempregados ou desocupados, segundo os critérios internacionais definidos no âmbito da Organização Internacional do Trabalho e seguidos pela metodologia de investigação do IBGE, aqueles trabalhadores de 10 anos ou mais que, não tendo nenhum trabalho remunerado no período de referência da pesquisa (semana anterior), encontram-se à procura efetiva de trabalho e imediatamente disponíveis.

média anual, taxas essas similares ou mesmo inferiores àquelas observadas em países industriais avançados. Em 1976, eram contabilizados 713 mil desempregados no Brasil.

Na década de 1980, essas taxas se elevam um pouco, chegando a atingir a taxa de 4,9% no auge da maior crise recessiva da década, em 1983. Chegou a dois milhões e meio o número de brasileiros que ficaram desempregados naquele período, um patamar bem superior àquele observado nos anos anteriores. Logo após, essas taxas se reduzem um pouco, mas mantêm-se em níveis similares. Entre 1981 e 1990, a taxa média anual de desemprego foi de 3,7%. A conjuntura econômica desfavorável e o baixo crescimento econômico são os fatores decisivos na configuração desse desemprego emergente que se observa naquele período.

**Tabela 1 - Evolução do desemprego, por sexo. Brasil, 1976-2003.**

Ano	Nº de desempregados			Taxas de desemprego			M/T
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	
1976	713,0	511,0	202,0	1,8	1,9	1,8	28,3
1977	952,8	597,8	355,1	2,3	2,1	2,7	37,3
1978	1003,3	629,0	374,0	2,4	2,2	2,8	37,3
1979	1210,5	825,0	385,0	2,8	2,8	2,8	31,8
1981	2023,1	1373,1	650,1	4,3	4,2	4,4	32,1
1982	2533,0	1678,0	855,0	3,9	3,9	4,0	33,8
1983	2474,2	1668,1	806,1	4,9	4,9	4,8	32,6
1984	2234,3	1437,3	797,1	4,3	4,1	4,6	35,7
1985	1875,3	1171,5	703,8	3,4	3,2	3,8	37,5
1986	1380,2	854,1	526,1	2,4	2,3	2,7	38,1
1987	2133,0	1315,3	817,7	3,6	3,4	4,0	38,3
1988	2319,4	1410,3	909,1	3,8	3,6	4,2	39,2
1989	1891,0	1244,0	647,0	3,0	3,1	2,9	34,2
1990	2367,5	1582,4	785,1	3,7	3,8	3,4	33,2
1992	4573,3	2355,1	2218,2	6,5	5,6	8,0	48,5
1993	4395,6	2305,9	2089,7	6,2	5,4	7,4	47,5
1994							
1995	4509,8	2327,9	2181,9	6,1	5,3	7,3	48,4
1996	5076,2	2498,3	2577,9	7,0	5,7	8,8	50,8
1997	5881,8	2854,9	3026,9	7,8	6,4	10,0	51,5
1998	6922,6	3301,1	3621,5	9,0	7,2	11,6	52,3
1999	7639,1	3667,9	3971,2	9,6	7,9	12,1	52,0
2001	7853,5	3674,9	4178,5	9,4	7,5	11,9	53,2
2002	7958,5	3685,2	4273,4	9,2	7,4	11,6	53,7
2003	8639,9	3972,8	4667,2	9,7	7,8	12,3	54,0

Fonte: Organização Internacional do Trabalho, OIT.

No entanto, na década de 1990, as taxas de desemprego aberto subiram em níveis ainda mais acentuados, mantendo-se em patamares bem superiores àqueles observados na década anterior. Em 1992, já são quatro milhões e meio de desempregados e a taxa de desemprego chega a 6,5%. Esses números cresceram fortemente durante toda a década, chegando a mais de sete milhões e meio o número de desempregados em 1999. Neste ano, a taxa de desemprego aberto chega a 9,6%.

Se observarmos as taxas de desemprego por sexo, constataremos que as taxas femininas são quase sempre superiores às masculinas. Dos vinte e quatro anos mostrados na tabela, em apenas quatro as taxas de desemprego femininas são inferiores às masculinas. A partir de 1990, a diferença entre essas taxas tende a aumentar. Em 1976, as mulheres

representavam apenas 28,3% do total de desempregados. Essa participação foi crescendo ao longo do período, chegando a quase 40% em 1988. No entanto, a partir de 1996, as mulheres passam a constituir mais da metade dos desempregados, mesmo sendo minoria na população economicamente ativa. Tal indicador é um claro sinal de uma vulnerabilidade de gênero que penaliza as mulheres no mercado de trabalho. O desemprego expressa, de certa forma, o modo como as relações de gênero se constituem no Brasil. A inserção subordinada das mulheres no mercado de trabalho acompanha-se de uma maior privação de emprego entre elas.

A hipótese deste trabalho é de que as taxas mais elevadas de desemprego feminino decorrem da combinação de uma série de fatores. Por um lado, ocorre uma crescente participação das mulheres no trabalho remunerado, o que estabelece uma importante pressão do contingente feminino sobre a população economicamente ativa. Este crescimento da participação feminina é condicionada tanto por fatores econômicos, pela necessidade de ampliar o rendimento doméstico e pelo aumento da oferta de postos de trabalho tipicamente femininos, principalmente com a histórica expansão do setor de serviços - que recentemente passa também por um processo de racionalização do trabalho - como por fatores culturais, pelo valor atribuído ao trabalho como expressão de independência e autonomia individual.

Por outro lado, o desemprego aberto feminino estaria associado a um tipo de participação na atividade marcada por uma menor predisposição ao bico ou trabalho eventual e, conseqüentemente, a uma menor incidência dos fatores econômicos que reduzem a visibilidade do desemprego no Brasil. Para os homens, a condição de provedores do grupo familiar e uma identidade fortemente vinculada ao mundo extra-doméstico, refletiriam-se no recurso mais intenso a esses bicos e trabalhos eventuais. Não estando no trabalho, os homens não podem estar no espaço doméstico de forma legítima como as mulheres, senão sob a condição de, neste espaço, sentirem-se deslocados, desconfortáveis. A relação das mulheres com o espaço doméstico é completamente diferente e nele elas podem ter um lugar no qual é legítimo estar, mesmo que um grande número de mulheres efetivamente vivam essa presença como uma espécie de “confinamento”.

Por isso tudo, o desemprego feminino, ao mesmo tempo em que tenderia a se manifestar de forma mais aberta que o desemprego masculino, estaria sujeito, contraditoriamente, a uma maior invisibilidade, tendo em vista o efeito das relações de gênero sobre a atividade feminina. Voltaremos mais adiante a esse ponto.

## **O trabalho no Brasil: da velha precariedade estrutural à nova precarização**

Durante o período mais recente, o mercado de trabalho no Brasil caracterizou-se, analiticamente, por dois movimentos distintos. Por um lado, ele está marcado pela velha precariedade estrutural do trabalho cujos traços tornam-se visíveis pela exclusão de grandes parcelas da população trabalhadora das formas de trabalho assalariadas, formalizadas e protegidas. Essa tendência ou esse movimento continuou se acentuando na sociedade brasileira contemporânea.

Por outro lado, um segundo movimento somou-se ao primeiro, produzindo uma configuração histórica peculiar. Os trabalhadores incluídos e estabilizados pelas formas mais protegidas de emprego capitalista, recebendo salários acima da média, garantidos pela seguridade social e apresentando níveis de qualificação e escolaridade mais elevados passam por um longo processo de desestabilização e precarização que tem como resultado a insegurança no trabalho e um novo tipo de privação de trabalho, raramente vista na história brasileira anteriormente.

Entre os extremos dessa tipologia analítica, temos uma ampla variedade de trabalhadores que apresentam situações intermediárias, combinando, em níveis diferentes e

num continuum, os diversos elementos que estruturam o perfil da força de trabalho: proteção previdenciária, escolaridade, renda, qualificação, estabilidade no emprego.

Segundo dados do IBGE (PNAD), a população brasileira era de 173.966.052 habitantes em 2003, dos quais 84,3% viviam em áreas urbanas. Nesse mesmo ano, a população economicamente ativa era de 88.803.445 pessoas, das quais as mulheres já representavam 42,7%. A taxa de atividade do conjunto da população ativa era de 65,6%, sendo de 75,9% para os homens e de 56% para as mulheres.

Em 2003, o total da população ocupada somava 80.163.481 pessoas, das quais 41,5% eram do sexo feminino. A distribuição dessa população ocupada pela natureza da atividade, por renda e por contribuição previdenciária mostra a dimensão atual da precariedade da estrutura ocupacional do Brasil.

Nesse mesmo ano (2003), o nível de assalariamento do conjunto da população ocupada é de 54,4%, sendo de 59,2% para os homens e de 47,5% para as mulheres. Esse índice cai para apenas 29,9% se considerarmos somente os empregados com carteira de trabalho assinada<sup>11</sup>, sendo de 33% para os homens e de 25,6% para as mulheres. Se somarmos os trabalhadores domésticos, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores na produção para o próprio consumo, os trabalhadores não remunerados e ainda os trabalhadores assalariados não protegidos, categorias essas que concentram a maior parte dos trabalhadores precários, obtêm-se mais de 47 milhões de trabalhadores, isto é, 59,3% do total da população ocupada.

Se adotarmos, no entanto, um critério mais rigoroso para medir a precariedade da estrutura ocupacional no Brasil, combinando renda inferior a um salário mínimo com ausência de proteção previdenciária, chegaremos a uma cifra de 26,6 milhões de pessoas<sup>12</sup>. Isto significa que 33,3% da população ocupada estão nessa condição. Vale ressaltar que entre as mulheres esse percentual sobe para 40,8%, enquanto que entre os homens desce para 27,9%. Trata-se, neste caso, de uma situação de altíssima precariedade no trabalho que atinge o conjunto dos trabalhadores brasileiros e, especialmente, as mulheres.

Se considerarmos que os desempregados em situação de desemprego aberto representam, no ano de 2003, mais de oito milhões e seiscentas mil pessoas<sup>13</sup>, isto é, 9,7% da população economicamente ativa, chegaremos ao seguinte quadro: no Brasil, mais de 35 milhões de trabalhadores<sup>14</sup> encontram-se, em 2003, numa situação de elevada vulnerabilidade no mercado de trabalho. Isto representa 39,8% do total da população economicamente ativa, somando-se os desempregados mais os trabalhadores precários (baixos salários e sem proteção previdenciária).

## O desemprego invisível

Podemos estimar que essa precariedade leve a uma subestimação do desemprego no Brasil. Isto porque, em primeiro lugar, estes dados estatísticos não consideram como desempregados os trabalhadores que realizam bicos e trabalhos eventuais apenas como uma estratégia provisória para fazer face a um desemprego sem proteção social, enquanto procuram um novo trabalho. Podemos contornar, pelo menos parcialmente este problema, analisando os dados do IBGE/PNAD referentes à população ocupada à procura de trabalho.

Em segundo lugar, vale salientar que esta subestimação cristaliza-se até mesmo na ausência de procura por emprego por parte de um grande contingente de trabalhadores

---

<sup>11</sup> Vale lembrar que o percentual de trabalhadores em empresas com 100 ou mais empregados é de apenas 19,9% do total da população ocupada no Brasil.

<sup>12</sup> Mais precisamente, 26.670.287 trabalhadores.

<sup>13</sup> Mais precisamente, 8.639.964 desempregados.

<sup>14</sup> Mais precisamente, 35.310.251 pessoas, segundo a PNAD de 2003.

mergulhados nas formas precárias e não assalariadas de trabalho. A hipótese deste trabalho é de que sem melhores oportunidades de emprego e sem procura de trabalho, estes trabalhadores estariam sofrendo um tipo peculiar de PRIVAÇÃO DE TRABALHO que escapa à categoria oficial de desemprego. Por vezes, ela escapa mesmo à própria definição subjetiva do indivíduo que sofre essa privação de trabalho, ao não se auto-identificar como um desempregado. Não se reconhecendo como desempregado, essa privação é interiorizada como uma espécie de norma ocupacional a partir da qual os indivíduos estimam como sendo “naturais” as formas de trabalho eventuais e precárias que passam a integrar suas rotinas de vida.

Os dados da PNAD permitem dimensionar um pouco melhor a primeira dimensão desse processo de subestimação do desemprego. Neste caso, basta analisar os dados referentes à população à procura de trabalho. Esta população divide-se em dois grupos: os ocupados e os desocupados.

Dos oito milhões e seiscentos mil desocupados, 54% são do sexo feminino. Apesar das mulheres serem apenas 42,7% da população economicamente ativa, elas formam a maioria dos desempregados. Há, pois, uma sobre-representação das mulheres no desemprego.

A estrutura da população ocupada que está à procura de trabalho nos fornece algumas pistas importantes para examinarmos a extensão do desemprego no Brasil. Das seis milhões e novecentas mil pessoas ocupadas à procura de trabalho<sup>15</sup>, 61,6% são homens e 38,4% mulheres. A diminuição da proporção de mulheres neste grupo em relação ao desemprego aberto reforça a hipótese apresentada acima, sendo revelador do modo pelo qual as relações de gênero se cristalizam na estrutura da população economicamente ativa. Sugerimos que esta distribuição diferenciada de homens e mulheres à procura de trabalho entre ocupados e desocupados é o resultado de uma construção social dos papéis sexuais nos quais os homens são muito mais pressionados a estarem ativos, trabalhando, a terem uma renda necessária ao sustento do grupo familiar, enquanto as mulheres têm no trabalho doméstico uma atividade que as absorve significativamente. Evidentemente, as mulheres cada vez mais assumem, junto com os homens ou mesmo sozinhas, o papel de provedoras. No entanto, pode-se presumir que esse papel social e a atividade remunerada são muito mais fortes na constituição da identidade masculina, o que faz com que as taxas de atividade dos homens sejam mais altas que as femininas. Vimos acima que elas são, respectivamente, de 75,9% e 65,6%. Assim, as relações de gênero, ao estruturarem de forma diferencial os papéis e as responsabilidades masculinos e femininos, contribuem decisivamente tanto para que o desemprego aberto feminino seja mais alto que o masculino, como para uma certa invisibilidade do desemprego feminino vivido no limiar da inatividade.

Uma vez inseridas na força de trabalho e desvincilhadas das tarefas domésticas, as mulheres teriam menos dificuldade em manterem-se na condição de desempregadas (sem trabalho e à procura de trabalho), dado que a pressão decorrente do papel de provedor principal do grupo familiar é menos intensa sobre elas. Assim, num mercado de trabalho como o brasileiro, marcado por uma forte precariedade, a busca por trabalhos eventuais e bicos seria mais forte entre os homens do que entre as mulheres. Neste caso, a subestimação do desemprego por fatores ligados ao trabalho precário seria mais alta para os homens, na mesma proporção em que o desemprego aberto é mais alto para as mulheres.

Se somarmos os trabalhadores ocupados à procura de trabalho, recebendo uma renda inferior a um salário mínimo, com os desocupados em situação de desemprego aberto, teremos uma elevação da taxa de desemprego em 2,4%, passando de 9,7 para 12,1% da população economicamente ativa. Se flexibilizarmos os critérios de tempo de procura de trabalho, ampliando o período de referência da pesquisa, de sete para trinta dias, por exemplo, ou de um

---

<sup>15</sup> Mais precisamente, 6.984.063 ocupados a procura de trabalho, dos quais 4.303.724 homens e 2.680.339 mulheres.



mês para doze meses, esses índices subiriam ainda mais. Vejamos, então, o que revela, a esse respeito, a pesquisa de emprego e desemprego (PED) do Dieese.

### **Desemprego oculto: o exemplo da PED em São Paulo**

As pesquisas realizadas pela metodologia PED procuram captar situações de desemprego subestimadas pela metodologia oficial. Neste caso, o conceito de desemprego oculto está operacionalizado metodologicamente com o objetivo de captar um certo tipo de desemprego invisível seja pela situação de precariedade do trabalho seja por uma situação de desalento, de abandono da procura de trabalho<sup>16</sup>.

Esta subestimação do desemprego cristaliza-se de forma diferenciadas entre homens e mulheres. Para as mulheres, esta subestimação está associada a uma maior proximidade em relação à inatividade e a uma maior distância em relação ao trabalho precário definido como bico ou trabalho eventual. As taxas mais altas de inatividade e, sobretudo, a presença mais marcante das mulheres no trabalho doméstico podem ser considerados importantes indícios dessa subestimação do desemprego feminino. Se, por um lado, as mulheres podem se beneficiar de uma situação aberta de procura de trabalho sem a realização de nenhum tipo de bico ou ocupação eventual, tendo em vista a constituição de seu papel no interior do grupo familiar, podemos observar, por outro lado, que o trabalho e as responsabilidades domésticas podem levar a uma invisibilização do desemprego feminino desalentado que aparece nas estatísticas oficiais como inatividade.

Sendo mais absorvidas pelo trabalho doméstico e pela responsabilidade de educar e cuidar dos filhos, estas atividades exercem uma pressão no sentido de manter mais freqüentemente as mulheres que os homens no espaço doméstico e na inatividade. Tais condições tendem a inibir ou dificultar a procura de trabalho, mesmo que as mulheres queiram, precisem e estejam disponíveis para trabalhar. Como as pesquisas estatísticas captam, em geral, um período muito curto na vida dos trabalhadores para caracterizar a procura de trabalho, o chamado período de referência (uma semana, um mês), é bastante provável que uma parcela muito grande de mulheres não esteja disponível ou tenha cessado a procura de trabalho tendo em vista estas responsabilidades domésticas. Neste caso, elas são freqüentemente classificadas como inativas, mesmo que estejam dispostas a se manterem no mercado de trabalho. Assim, a inatividade pode estar mascarando uma situação de desemprego.

Os dados da PED nos permitem captar pelo menos em parte este fenômeno, expresso, sobretudo, no conceito de desemprego oculto pelo desalento. Vejamos alguns dados a respeito.

A evolução das taxas de desemprego por sexo na Região Metropolitana de São Paulo entre 1989 e 1998, permite visualizar melhor as diferenças entre homens e mulheres na experiência do desemprego, sobretudo na categoria de desemprego oculto. Através da Tabela 2,

---

<sup>16</sup> Na metodologia PED, são classificados como desempregados em situação de desemprego aberto aqueles trabalhadores com 10 anos ou mais de idade que, na semana de referência da pesquisa (sete dias anteriores), não tinham nenhum trabalho, mas estavam efetivamente à procura de trabalho e disponíveis para trabalhar nos últimos 30 dias. São considerados trabalhadores em situação de desemprego oculto os indivíduos que, mesmo tendo realizado algum bico ou trabalho eventual no período de referência da pesquisa, tenham efetivamente procurado trabalho nos últimos 30 dias ou nos últimos 12 meses à realização da pesquisa. Neste caso, esses indivíduos são classificados na categoria de desemprego oculto pelo trabalho precário. São ainda classificados na categoria de desemprego oculto, aqueles indivíduos sem nenhum tipo de trabalho remunerado que, tendo cessado a procura de trabalho nos 30 dias anteriores à realização da pesquisa, tenham efetivamente procurado trabalho nos últimos 12 meses. Esses indivíduos são classificados na categoria de desemprego oculto pelo desalento. A taxa de desemprego total é, assim, a soma da taxa de desemprego aberto com a taxa de desemprego oculto (pelo trabalho precário e pelo desalento).

observa-se, primeiramente, que as taxas de desemprego feminino são sempre maiores que as masculinas, como, via de regra, apresentam todas as estatísticas sobre desemprego no Brasil. Nos anos apresentados na tabela abaixo, o desemprego total feminino é, em média, quase 30% superior ao masculino.

**Tabela 2 - Taxas de desemprego total, aberto, oculto, oculto pela precariedade e oculto pelo desalento, por sexo. Região Metropolitana de São Paulo, 1989-1998.**

Ano	a) Total		b) Aberto		c) Oculto		d) Precariedade		e) Desalento	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1989	7,5	10,6	5,4	8,2	2,1	2,5	1,7	1,2	0,4	1,3
1992	13,9	17,1	7,7	11,5	6,2	5,5	5,4	3,4	0,8	2,1
1996	13,5	17,2	8,1	12,5	5,4	4,7	4,7	2,7	0,7	2,0
1997	14,2	18,3	8,4	12,9	5,8	5,4	4,9	3,1	0,9	2,3
1998	16,1	21,1	9,5	14,7	6,6	6,5	5,4	3,6	1,2	2,9

Fonte: PED, SEADE/DIEESE.

As taxas mais elevadas de desemprego feminino devem-se, sobretudo, ao desemprego aberto. Nesta categoria, o desemprego feminino é, em média, mais de 50% superior ao desemprego masculino. As mulheres estão mais freqüentemente que os homens em situação de desemprego aberto, isto é, em situação de procura de trabalho sem nenhum tipo de ocupação eventual. Para as mulheres, o desemprego aberto responde por mais de 70% da composição da taxa de desemprego total. Já para os homens, o desemprego aberto representa cerca de 60% dessa taxa. Logo, para estes últimos, o desemprego oculto é mais importante na formação da taxa de desemprego total.

Se observarmos as taxas de desemprego oculto de homens e mulheres, constataremos que as diferenças entre ambas são muito reduzidas. Segundo o período indicado na Tabela 2, em média, os homens apresentam taxas de desemprego oculto 6% superiores às daquelas das mulheres. Porém, se considerarmos a composição interna do desemprego oculto, constataremos novamente uma importante diferença de gênero. Enquanto que o desemprego oculto pelo trabalho precário é maior entre os homens, o desemprego oculto pelo desalento é maior entre as mulheres. Percentualmente, as taxas masculinas de desemprego oculto pelo trabalho precário são, em média, quase 60% superiores às taxas femininas. Por outro lado, as taxas femininas de desemprego oculto pelo desalento são, em média, 160% superiores às taxas masculinas. Após o equilíbrio entre homens e mulheres nas taxas de desemprego oculto, temos diferenças importantes nos subtipos específicos desse desemprego. O maior desalento entre as mulheres expressa sua maior proximidade ao trabalho doméstico e à inatividade, enquanto que a maior incidência do desemprego oculto pelo trabalho precário entre os homens expressa sua maior distância ao trabalho doméstico e proximidade à atividade. Temos, neste caso, importantes distinções em termos de experiências de gênero no mercado de trabalho.

### **Nova precarização do trabalho e novo desemprego**

A desestruturação do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990, evidenciada pela redução do trabalho assalariado protegido e pela expansão das formas de trabalho precárias e informais, atingiu importantes segmentos da força de trabalho, os operários qualificados, os trabalhadores mais escolarizados, os profissionais de nível técnico e superior. Neste contexto, o mercado de trabalho torna-se cada vez mais competitivo. As empresas

passam a exigir um novo perfil de trabalhador, em geral mais escolarizado e qualificado profissionalmente.

Neste sentido, a exclusão ou privação do trabalho deixa de ser um fenômeno tipicamente ligado às camadas subalternas da estrutura de classes no Brasil, isto é, deixa de ser um problema associado apenas à pobreza e à marginalidade social. O desemprego torna-se também um problema que atinge as classes médias e os segmentos mais qualificados e organizados da força de trabalho. O avanço da informalidade não pode mais ser considerado como um fenômeno especialmente ligado às atividades não tipicamente capitalistas. A reestruturação produtiva promove uma importante transformação nas relações de trabalho, de tal forma que o desassalariamento e a informalização atingem os setores mais organizados e dinâmicos da estrutura produtiva.

Neste contexto, um novo desemprego emerge de forma marcante no mercado de trabalho brasileiro. Ainda que este novo desemprego possa manifestar-se de forma mais aberta, com procura de trabalho e sem a realização de trabalhos eventuais, uma vez que os segmentos mais favorecidos da força de trabalho beneficiam-se de mecanismos mais amplos de proteção econômica (fundo de garantia, indenizações trabalhistas, recursos próprios, estrutura familiar de apoio), este tipo de desemprego também pode ser acompanhado de formas eventuais de trabalho e por tentativas, freqüentemente fracassadas, de realização de empreendimentos autônomos. Nos anos 1990, proliferaram no Brasil tais iniciativas, estimuladas pela instituição dos planos de demissão voluntária (PDV) propostos por empresas privadas e, sobretudo, pelo poder público, com o objetivo de reduzir os gastos públicos com pessoal. Muitos empregados públicos demitiram-se naquele período, motivados pelas indenizações oferecidas pelos empregadores. Uma parcela importante daqueles trabalhadores, sem experiência empresarial, fracassou em suas tentativas de montarem seus próprios negócios e de se tornarem empresários.

Nos últimos vinte anos, o perfil do desemprego mudou significativamente no Brasil. Vejamos, por exemplo, na Tabela 3, os dados da PED sobre a evolução do perfil dos desempregados, segundo o nível de escolaridade, na região metropolitana de São Paulo.

Os dados revelam uma importante redução da participação no desemprego das pessoas apresentando uma escolaridade muito baixa. É o caso dos analfabetos e dos indivíduos com o fundamental incompleto. Os analfabetos representavam 5,1% dos desempregados em 1985. Em 2004, eles representam apenas 2,6%. Uma redução de quase 50%. Os indivíduos que apresentavam o nível fundamental incompleto representavam 65,2% dos desempregados, constituindo-se na grande maioria destes. Em 2004, eles representam apenas 30,7% dos desempregados, participação que se reduz em mais de 50%.

O comportamento dos outros segmentos é o inverso. Os indivíduos com o fundamental completo ou ensino médio incompleto representavam 17,6% dos desempregados em 1985. Em 2004, a participação desse grupo sobe para 28,3%, um crescimento de 60%. O grupo com ensino médio completo ou superior incompleto foi aquele que mais aumentou sua participação no conjunto dos desempregados. Eles representavam apenas 9,3% dos desempregados em 1985. Em 2004, eles já somavam 34%, um crescimento impressionante de 265%. Este passa a ser, isoladamente, o grupo mais numeroso de desempregados, em 2004. Os indivíduos com nível superior completo também aumentam sua participação ao longo do período. Sua participação cresce de 2,9%, em 1985, para 4,4%, em 2004, um aumento de 50%.

Os dados acima revelam que as camadas mais escolarizadas e qualificadas da população ativa estão cada vez mais vulneráveis ao desemprego. Tal fenômeno revela uma importante transformação no mercado de trabalho nos últimos trinta anos. A exigência de escolarização torna-se um critério fundamental para a inserção dos indivíduos na atividade econômica, o que repercute no próprio perfil dos desempregados.

**Tabela 3 - Evolução do perfil dos desempregados por nível de escolaridade. Região Metropolitana de São Paulo, 1985-2004.**

Ano	Nível de escolaridade					Total
	Analfabeto	Fund. incomp.	Fund. comp. e médio inc.	Médio comp. e sup. inc.	Sup. comp.	
1985	5,1	65,2	17,6	9,3	2,9	100
1986	3,8	67,3	16,8	9,8	2,3	100
1987	4,4	65,8	17,7	9,5	2,6	100
1988	4,6	65,4	18,8	9,0	2,2	100
1989	4,3	63,4	20,6	9,0	2,8	100
1990	3,8	62,4	20,1	11,1	2,6	100
1991	4,1	61,0	20,8	10,9	3,3	100
1992	4,3	60,3	20,4	12,0	3,1	100
1993	4,3	58,2	22,3	12,1	3,1	100
1994	4,1	54,3	24,4	14,0	3,2	100
1995	4,6	52,8	23,8	15,2	3,6	100
1996	4,0	52,3	24,9	15,2	3,6	100
1997	3,5	50,9	26,1	15,8	3,7	100
1998	3,6	46,9	27,4	18,8	3,3	100
1999	3,9	43,1	28,4	20,8	3,7	100
2000	3,5	41,3	28,8	22,6	3,8	100
2001	3,4	39,6	29,1	24,5	3,4	100
2002	3,2	36,5	28,3	28,5	3,5	100
2003	2,9	33,9	28,4	30,7	4,0	100
2004	2,6	30,7	28,3	34,0	4,4	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A reestruturação produtiva, as novas modalidades de gestão do trabalho e mesmo o processo de reforma do Estado brasileiro, em todos os seus níveis, são elementos que constituem esse quadro de mudanças e contribuem para uma desestabilização dos estáveis. As políticas de redução e enxugamento de pessoal, tanto no setor privado como no setor público, afetam diretamente as camadas mais qualificadas e escolarizadas da força de trabalho. O resultado é um desemprego inédito na história do Brasil. Ainda que no período anterior a essa nova crise do mundo do trabalho houvesse uma importante mobilidade no mercado de trabalho, mesmo entre os trabalhadores mais qualificados, suas trajetórias eram marcadas por experiências muito breves de desemprego - o chamado desemprego friccional - acarretando, em geral, uma mudança de empresa ou segmento da atividade econômica. Os trabalhadores não tinham graves dificuldades de encontrarem um novo emprego.

Quando analisamos o perfil dos desempregados quanto à sua origem em termos de condição ocupacional, podemos observar, igualmente, algumas tendências importantes no mercado de trabalho. Os indivíduos que possuíam um emprego assalariado reduziram sua participação no conjunto dos desempregados. Em 1985, eles representavam 78,4% dos desempregados. Em 2004, eles passam a representar 72,5%. Este é um sintoma importante de desassalariamento da força de trabalho em São Paulo, um dos centros mais dinâmicos da economia brasileira. Em compensação, a participação dos autônomos e dos empregados domésticos cresce no período. A participação dos primeiros passa de 10,3%, em 1985, para 14,6% em 2004. Os trabalhadores domésticos têm uma pequena elevação de 9,6%, em 1985, para 11,6%, em 2004. Assim, cresce o desemprego entre os segmentos não assalariados. O desemprego não é um fenômeno restrito ao trabalho assalariado. Pode-se levantar a hipótese de que a redução do emprego protegido tenha um importante impacto sobre os segmentos não

protegidos da força de trabalho, na medida em que a renda média da classe trabalhadora e sua capacidade de consumo se restringem.

Em relação ao setor da atividade de origem, aqueles desempregados que vêm da indústria reduziram sua participação de 34,5%, em 1985, para 20,4%, em 2004. Tal dado expressa o processo de desindustrialização que sofreu a economia brasileira nos últimos anos, sobretudo a região metropolitana de São Paulo. Nesta região e em outras, também marcadas por uma forte base industrial, um desemprego operário elevado apresenta-se como uma nova característica do mercado de trabalho brasileiro, o que afetou não apenas o peão de fábrica, os operários sem qualificação, mas também grandes parcelas de operários qualificados que viram seus ofícios se transformarem completamente ou mesmo desaparecerem ao longo desse período.

Em compensação, os desempregados que tem sua origem no setor de serviços aumentaram sua participação de 33,1%, em 1985, para 46,4%, em 2005. Tal acréscimo é acompanhado de um correspondente crescimento da informalidade e das atividades autônomas, como vimos anteriormente. A contribuição do setor de comércio manteve-se estável no período. É neste segmento que a participação das mulheres é mais significativa.

## **Os rumos do desemprego**

A emergência do desemprego no Brasil expressa, portanto, um conjunto de transformações pelas quais vêm passando o mundo do trabalho, tais como a flexibilização das relações de trabalho, o aumento da competitividade, da insegurança e da precariedade no trabalho. Tais mudanças se somam aos velhos problemas estruturais da informalidade e da baixa produtividade dos trabalhadores excluídos dos segmentos mais organizados do mercado de trabalho.

O desemprego expressa e consolida, pois, novas formas de representar o trabalho. Um velho conceito passa a expressar, mais precisamente, os novos riscos no mundo do trabalho para os segmentos sociais mais estabilizados do assalariamento brasileiro. O desemprego ameaça a estabilidade social desses segmentos, colocando-os na iminência de ingressar numa trajetória social descendente, com perda não apenas de recursos econômicos, mas de direitos e status social.

A breve, precária e limitada consolidação do assalariamento estável no Brasil entra em declínio, sobretudo, a partir dos anos 1990. Trata-se, pois, de um novo elemento que desloca as relações de classe na sociedade brasileira, fragilizando ainda mais os trabalhadores em sua correlação de forças com o capital no cenário político nacional.

Essas novas representações do trabalho - para as quais o trabalho se constitui num direito e o desemprego numa ameaça perigosa - têm um efeito importante não apenas sobre a formação e consolidação de uma nova questão social e pela definição de um novo elemento na agenda política nacional, no caso o desemprego. Tais representações penetram o conjunto dos trabalhadores incluídos ou excluídos das formas de trabalho mais estáveis. Desta forma, sugerimos que o desemprego torna-se uma categoria de representação da realidade mobilizada não apenas pelos segmentos estáveis da força de trabalho, mas também pelos trabalhadores precários, habituados à instabilidade e à informalidade das relações de trabalho. Esses trabalhadores também são chamados a definir sua condição precária no mundo do trabalho através da categoria desemprego, expressando mais precisamente sua crescente privação de trabalho. O desemprego, nesse caso, pode se tornar também uma categoria ou recurso identitário dos trabalhadores habituados com a instabilidade e com a velha precariedade estrutural do trabalho, sobretudo na medida em que as condições econômicas se deterioram e o próprio trabalho precário torna-se mais escasso e/ou pior remunerado.

Assim, podemos estimar que a multiplicação dos discursos sobre o desemprego gera uma espécie de incitamento público a que os trabalhadores instáveis também se reconheçam como desempregados. Neste caso, o desemprego passa a ser uma categoria de reconhecimento social e subjetivo mais importante e mobilizável cotidianamente. Poderíamos perguntar, desta forma, em que medida o desemprego estaria emergindo e se consolidando como um “estatuto” ou “posição/condição” alternativa à pobreza e à marginalidade social. O movimento dos trabalhadores desempregados, surgido recentemente no Brasil na luta contra o desemprego e a exclusão, expressa em parte esse dilema que assola a organização política destes segmentos da população brasileira que experimentam cronicamente a privação de trabalho.

Essa é, pois, toda a ambigüidade da questão do desemprego no Brasil, que se expressa na tensão de dois movimentos e tendências opostos. Um primeiro movimento vai no sentido de mascarar e tornar invisível o problema da privação do trabalho, tendo em vista as formas precárias e não reconhecidas publicamente como formas legítimas de trabalho (trabalho doméstico). Um outro movimento vai no sentido de tornar visível, incitar e promover o reconhecimento do trabalho como direito legítimo e da privação de trabalho como risco à cidadania.

De acordo com a primeira tendência, o risco é de se subestimar a dimensão do desemprego no Brasil, levando à naturalização e ao ocultamento das formas instáveis e precárias de trabalho, a uma justificação da pobreza e a uma culpabilização dos pobres por sua “desqualificação”. No caso da segunda tendência, o risco seria de superestimar o desemprego, reduzindo o problema da integração social à luta por um lugar no mercado de trabalho, subestimando-se outras dimensões das desigualdades sociais e de renda no Brasil, como por exemplo, a distribuição dos bens, serviços e equipamentos coletivos necessários à superação dessa pobreza e da vulnerabilidade social. Neste caso, a própria questão da pobreza poderia ficar num plano secundário, sendo justificada pela existência de um desemprego estrutural elevado. Tal avaliação poderia levar a um mascaramento de outros problemas cruciais da sociedade brasileira, relacionados com a forte desigualdade na distribuição de renda, a baixa qualidade do trabalho e o baixo nível de proteção das relações de trabalho. Efetivamente, esses são alguns dos dilemas que perpassam a sociedade brasileira contemporânea.

#### **4. Trajetórias, desempregos e a construção da experiência nas relações sociais**

A seguir, apresentaremos alguns resultados de nossa investigação realizada a partir da análise de algumas trajetórias de homens e mulheres desempregados no mercado de trabalho. O material analisado foi construído a partir de 54 entrevistas temáticas e biográficas realizadas em 1998 e 1999 em Porto Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul, junto a agências de emprego dessas cidades, principalmente através de duas agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

#### **A abordagem teórico-metodológica**

Na investigação das trajetórias de trabalhadores no mercado de trabalho, tratamos de identificar, inicialmente, as experiências de privação de trabalho entre diferentes categorias de indivíduos, homens e mulheres, jovens e idosos, solteiros e casados, provedores e não provedores de seus grupos familiares, trabalhadores precários, pouco escolarizados e pouco qualificados, bem como trabalhadores não precários, mais escolarizados e qualificados

profissionalmente. Partiu-se do pressuposto de que a compreensão das diversas experiências de privação de trabalho deveria levar em consideração a heterogeneidade das formas de trabalho e a heterogeneidade das posições ocupadas pelos indivíduos no espaço social. Assim, a construção da experiência de privação de trabalho e a mobilização de determinadas categorias sociais para expressá-la – como “desemprego”, por exemplo – é condicionada pelo contexto social no qual o indivíduo está inscrito.

No entanto, considerou-se, ainda, que essa construção é também o produto de uma experiência anterior, de uma história pessoal, a biografia do indivíduo. Uma análise em termos biográficos nos permite reconstituir a transformação da experiência do indivíduo em contextos pessoais e sociais distintos, o que permite identificar os processos que contribuem para a experiência de desemprego/privação de trabalho. Entendemos que as relações sociais de classe e gênero, recorte por nós proposto nesta análise, constituem elementos centrais do contexto no qual os indivíduos vivem suas situações de privação de trabalho. Essas relações não são, porém, fixas, mas processos dinâmicos que condicionam essas experiências, mas são também por elas transformadas ou cristalizadas, numa dialética entre mudança e permanência dessas relações sociais.

Assim, tratou-se de investigar, inicialmente, como a experiência da privação de trabalho era vivida e representada por esses indivíduos, tentando identificar em que medida as relações sociais de classe e gênero constituíam as práticas e representações desses indivíduos e em que medida o desemprego afetava essas práticas e representações, modificando ou não as interações e as relações sociais nas quais estes indivíduos estavam inscritos.

Deste modo, formulamos, em nossa abordagem, a hipótese de que a experiência de desemprego estaria sendo determinada, primeiramente, pela relação subjetiva que os indivíduos estabelecem com o trabalho remunerado. Uma forte relação ao trabalho poderia implicar uma experiência significativa de privação de trabalho, uma experiência de desemprego frequentemente associada a uma sensação subjetiva de sofrimento (Vargas, 2001). Essa relação ao trabalho diferencia-se, no entanto, por uma série de dimensões específicas. Ela pode ser considerada como uma relação ao trabalho ou ofício enquanto um conjunto de práticas e saberes mobilizados pelos indivíduos, um trabalho manual e/ou intelectual, mais ou menos qualificado. Esta dimensão nos leva a fazer referência ao conteúdo do trabalho realizado pelos indivíduos e suas implicações sobre subjetividade do indivíduo que trabalha, o que significa identificar o valor atribuído pelo indivíduo ao seu próprio trabalho e à sua condição de trabalhador. (relação ao ofício)

Por outro lado, a relação ao trabalho pode ser definida como uma relação à atividade econômica remunerada, profissional, como fonte de reconhecimento social, de um estatuto público, de uma posição que se ocupa no espaço profissional e econômico. Trata-se do valor social do trabalho estimado pelo próprio indivíduo<sup>17</sup>. Neste sentido, o trabalho não é visto apenas como uma atividade que tem um determinado valor em si mesmo, pelo seu conteúdo substantivo, mas como uma atividade que tem um valor para os outros, para a sociedade. Além disso, o trabalho é, neste caso, também um espaço de sociabilidade, de trocas, de relações mais ou menos valorizadas pelos indivíduos que trabalham. (relação ao trabalho como relação aos outros)

A relação ao trabalho pode comportar também uma dimensão puramente instrumental, o trabalho sendo considerado como meio destinado a satisfazer determinadas necessidades dos indivíduos, independentemente do conteúdo específico do trabalho (ofício) ou de seu reconhecimento social (estatuto social e relacional). Essa relação instrumental ao trabalho manifesta-se, geralmente, como uma relação de interesse puramente material, o trabalho significando a possibilidade de satisfazer as necessidades econômicas do indivíduo. Porém,

---

<sup>17</sup> Obviamente que essa estimativa de valor é construída socialmente nas interações que os indivíduos estabelecem com os outros indivíduos no(s) seu(s) meio(s) social(is).

essas necessidades materiais podem estar, e geralmente estão, apenas mediatizando outras necessidades não necessariamente materiais.

Vale observar que essas dimensões da relação subjetiva ao trabalho, desses sentidos atribuídos ao trabalho, devem ser tomadas como tipos ideais no sentido weberiano do termo, isto é, como instrumentos heurísticos destinados a apreender a realidade concreta. Na prática, essas dimensões estão sempre misturadas e confundidas nas experiências dos indivíduos. Essa mistura ou confusão, no entanto, não pode nos levar ao equívoco de considerar que elas não estejam mais ou menos estruturadas no espaço social pelas relações sociais em processo. Isto é, estes “sentidos” atribuídos pelos indivíduos aos seus trabalhos – e consequentemente a suas situações de privação de trabalho - constroem-se e transformam-se segundo um campo de possibilidades, isto é, há uma estrutura prévia de ações e sentidos possíveis, efetivados ou não, realizados ou não, de acordo com o conjunto de recursos materiais e simbólicos disponíveis.

É assim que se supõe que a experiência de desemprego, de privação de trabalho, pode ser vivida de formas muito distintas, segundo a posição que os indivíduos ocupam nos diversos espaços sociais e segundo suas próprias experiências acumuladas em suas histórias de vida. É nessas experiências que os indivíduos adquirem e constroem seus recursos, é nelas que esses indivíduos elaboram os sentidos de suas práticas segundo um contexto específico que nunca é o mesmo ao longo das trajetórias individuais. Enfim, é nessas experiências que as interações ocorrem e que as próprias relações sociais podem ser alteradas, modificadas, deslocadas ou mesmo fortalecidas, reafirmadas, reproduzidas.

Podemos afirmar, em segundo lugar, que a relação ao desemprego também está estruturada pela relação que os indivíduos estabelecem com o trabalho e o espaço doméstico e com o estado dado das relações sociais de gênero. Assim, supomos que o modo como se estruturam os papéis e responsabilidades no espaço doméstico contribuem decisivamente na constituição da experiência de trabalho e de privação de trabalho. Ou seja, a posição diferenciada de homens e mulheres no interior do espaço doméstico condiciona não apenas a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, mas tem uma importância crucial no próprio modo de viver a privação de trabalho, seus contornos objetivos e subjetivos.

### **As trajetórias no mercado de trabalho**

Das 54 trajetórias analisadas nesta pesquisa, 32 eram femininas e 22 masculinas. Essa sobre-representação das mulheres deveu-se, num primeiro momento, à intenção de focalizar mais detidamente a relação entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado nas experiências femininas. A partir de nossas observações de campo, estabelecemos dois tipos fundamentais de trajetórias sociais. As trajetórias sociais precárias, marcadas por um alto nível de instabilidade econômica, carências materiais, baixa qualificação profissional e baixo nível de renda e escolaridade. Vinte e cinco das 54 trajetórias foram enquadradas neste tipo. Vinte e nove trajetórias analisadas foram consideradas não precárias socialmente, isto é, constituída de indivíduos em condições sócio-econômicas mais estáveis, sem carências materiais marcantes, com níveis de escolaridade e de qualificação profissional mais elevados, com rendimentos familiares mais significativos. No entanto, é preciso observar que, entre esses indivíduos, a precariedade do trabalho é também muito freqüente.

Vale ressaltar, também, que as fronteiras entre esses dois tipos de trajetórias não são evidentes, havendo, na verdade, um continuum entre elas. A operação de tal recorte de classe mostra-se útil para que possamos delimitar conceitualmente com mais precisão os diferentes tipos de desemprego existentes no mercado de trabalho brasileiro.

Entre aqueles que apresentam trajetórias sociais mais precárias, observa-se mais frequentemente um desemprego cíclico, que se repete constantemente nos itinerários



ocupacionais, constatando-se uma maior fluidez e indeterminação das fronteiras entre o “trabalho” e o “desemprego”. Frequentemente, a privação de trabalho não se expressa e não se exterioriza como “desemprego”, isto é, como uma categoria social mais claramente definida e delimitada. Com o agravamento da crise econômica a partir, sobretudo, dos anos de 1990, essas privações de trabalho tiveram uma tendência a se multiplicar e a se estender no tempo. É assim que situações crônicas de privação de trabalho foram constatadas nas trajetórias de indivíduos em situação de precariedade social que se reivindicavam desempregados.

É entre as mulheres em situação de alta precariedade social, na condição de mães numa situação de relativa estabilidade conjugal, que pudemos constatar mais frequentemente a situação de desalento vivido no espaço doméstico, sem procura recente de trabalho. Em Pelotas-RS, tais experiências se multiplicaram na década de 1990, quando uma crise violenta se abate sobre o setor de conservas vegetais da indústria de alimentação, uma das principais atividades econômicas da região até poucos anos atrás. Sendo, até recentemente, um segmento econômico tradicional, marcado pela utilização intensiva de trabalho e por uma forte utilização de mão-de-obra feminina, a ocupação sazonal (verão) neste setor era a principal atividade econômica remunerada das mulheres das classes sociais menos favorecidas da periferia urbana de Pelotas. Estas mulheres trabalhavam apenas algumas semanas ou meses do ano nas fábricas e permaneciam o resto do ano sem ocupação econômica ou trabalhando como empregadas domésticas na condição de diaristas ou de empregadas permanentes. A precariedade social e a instabilidade ocupacional marcam profundamente os itinerários ocupacionais dessas mulheres que, em alguns casos, apresentam mais de trinta contratos de trabalho registrados em suas carteiras de trabalho. Esse desemprego cíclico feminino foi sempre também um desemprego invisível, vivido por boa parte destas mulheres na “inatividade compulsória”, um tipo de desemprego feminino estruturalmente determinado por condições de classe muito peculiares, por uma alta precariedade social e por uma total ausência de perspectivas ocupacionais. Esse quadro intensificou-se com a crise do setor conserveiro na década de 1990, quando a abertura comercial provocou a concorrência dos produtos Argentinos e Gregos. O setor reestruturou-se, mecanizou as etapas mais intensivas em trabalho e deixou de contratar a mão-de-obra feminina que sempre se empregava no setor. Aquele reservatório de trabalho feminino disponível para o setor (Vargas, 1994) foi dispensado, agravando-se o quadro de privação de trabalho, ainda que os níveis oficiais de desemprego não possam ser averiguados pela ausência de dados e pesquisas estatísticas<sup>18</sup>. Por outro lado, pode-se estimar que uma parte considerável destas mulheres continuou procurando trabalho, pressionando os níveis de atividade para cima, considerando-se particularmente as condições de pobreza vividas por estes segmentos da população e a necessidade de ampliação da renda familiar.

De qualquer forma, vale salientar que as taxas de atividade femininas, mais baixas que as masculinas, podem estar subestimadas, não expressando a disposição, a disponibilidade e a necessidade das mulheres trabalharem. Tal quadro é claramente um efeito das relações sociais de gênero. Tais relações provocam uma dupla pressão sobre o contingente feminino em sentidos contrários, uma em direção à atividade e outra em direção à inatividade. Entre os homens não se observa esse duplo movimento, mas apenas um movimento em direção à atividade, acarretando taxas de atividade mais elevadas.

Logo, as taxas mais elevadas de participação masculinas no mercado de trabalho indicam que os homens constroem suas identidades muito mais fortemente centradas na atividade profissional e no papel de provedores de seus grupos familiares, ainda que essa responsabilidade se diferencie com a condição geracional e ainda que o modelo feminino de identidade esteja cada vez mais próximo do modelo masculino. Essa crescente coresponsabilidade entre homens e mulheres implica uma mudança importante nas relações

---

<sup>18</sup> Segundo o último Censo do IBGE, a taxa de desocupação em Pelotas, em 2000, era de 17,3%, sendo de 14,6% para os homens e de 20,8% para as mulheres.

sociais de gênero. É em razão desse fato que as taxas de participação feminina no mercado de trabalho tornam-se historicamente crescentes. A contribuição das mulheres é cada vez mais fundamental para a composição do orçamento doméstico. Porém, a luta por autonomia e independência econômica e social também constituem decisivamente essas mudanças e pressões que afetam o mercado de trabalho e empurram as mulheres para a atividade econômica.

A esse movimento de igualdade crescente, de redução das diferenças de gênero, podemos contrapor um outro movimento em sentido inverso. A persistência de uma divisão desigual das responsabilidades domésticas, atribuindo prioritariamente às mulheres o trabalho doméstico, a educação das crianças e o cuidado com os familiares, as tarefas de gestão e execução dos afazeres domésticos, contribui decisivamente para a existência de uma pressão para que as mulheres permaneçam no espaço doméstico. Assim, esse espaço é ainda percebido, sentido e vivido mais legitimamente como um espaço tipicamente feminino, um lugar de “trabalho” para as mulheres. Essa pressão tem um efeito importante na expressão do nível de atividade econômica das mulheres, de suas taxas de participação no mercado de trabalho.

Ainda que estejam cada vez mais centradas no trabalho remunerado, as mulheres continuam a ter que lidar com as pressões do trabalho doméstico. Por apresentarem trajetórias profissionais mais instáveis, com uma oscilação mais freqüente entre atividade e inatividade, as mulheres ocupariam mais frequentemente uma zona de indeterminação entre a inatividade e o desemprego, o que contribuiria para uma certa invisibilidade do desemprego feminino. Tal invisibilidade seria expressa tanto objetivamente, nas pesquisas estatísticas, cujos critérios de classificação tendem a localizar as mulheres situadas nessa zona de indeterminação preferencialmente como inativas e não como desempregadas, como subjetivamente através das categorias de representação das próprias mulheres que, em determinadas circunstâncias, podem levá-las a se auto-classificarem como inativas - donas de casa, por exemplo – mais do que desempregadas.

No primeiro caso, numa dimensão mais objetiva, o que se mostra peculiar na relação entre desemprego e trabalho doméstico é que este último inibe efetivamente a procura de trabalho, reduzindo as chances das mulheres serem classificadas pelas pesquisas oficiais como desempregadas. No segundo caso, numa dimensão mais subjetiva, é a própria construção da identidade individual que está em questão. Mais do que isso, num contexto histórico-social no qual o desemprego enquanto estatuto social constitui-se numa categoria social frágil, implicando poucos direitos e baixa capacidade de despertar nos indivíduos uma auto-identificação, reivindicar uma categoria identitária alternativa – como aquela de dona de casa – pode ser muito mais satisfatória para algumas mulheres. É, por exemplo, o caso das mulheres que, desanimadas pela ausência de boas oportunidades de trabalho, preferem ficar em casa cuidando dos filhos e dos afazeres doméstico num contexto familiar em que o marido ou companheiro garanta a renda necessária ao provimento do grupo. Neste caso, teríamos um reforço das relações sociais de gênero mais tradicionais. Assim, a qualidade dos postos de trabalho no mercado de trabalho e sua distribuição em termos de gênero desempenha um papel importante na estruturação das relações de gênero.

Tais situações de invisibilidade do desemprego também podem ser constatadas nas experiências de mulheres favorecidas socialmente e qualificadas profissionalmente. Vejamos a seguir.

### **O caso exemplar de Helen: visibilidade e invisibilidade do desemprego feminino**

A trajetória profissional de Helen permite avaliar um pouco mais precisamente os mecanismos pelos quais a privação de trabalho das mulheres permanece relativamente invisível.

Tal exemplo não se constitui, no entanto, num caso generalizável, mas apresenta-se como uma situação exemplar a partir da qual podemos melhor fundamentar nossas hipóteses de investigação.

Helen, 45 anos, casada, mãe de uma jovem de 15 anos de idade, Química Industrial e especialista no setor de química alimentar, trabalhou vinte e um anos em uma fábrica alimentação de Pelotas. O seu percurso profissional, estável e contínuo, foi marcado por uma mobilidade ascendente nessa empresa de porte médio onde Helen atinge a posição de gerente industrial. Num contexto de aumento da competitividade internacional e após ter passado por graves problemas financeiros, a empresa interrompe suas atividades e Helen experimenta a primeira e única experiência de desemprego em sua longa trajetória profissional.

Essa experiência radicalmente nova de desemprego significa, para Helen, uma ruptura profunda com o seu modo de vida anterior. Sendo o trabalho profissional um elemento muito forte na construção de sua identidade, a experiência de Helen é marcada por uma situação de certa forma ambígua, vivida ao mesmo tempo com sofrimento, devido à perda do emprego, e de redescoberta de seu universo pessoal e familiar, no qual se apóia a fim de redefinir seu caminho profissional. No desemprego, a espera e o investimento em si e em sua reciclagem profissional vão resultar numa redefinição de sua relação subjetiva ao trabalho.

Tendo um capital econômico e cultural importante, Helen tenta superar esse difícil período preservando a sua forte relação ao trabalho e a sua paixão pela química. Mulher ativa, engajada no seu trabalho profissional, Helen guarda, porém, uma relação muito peculiar ao espaço doméstico que lhe permite enfrentar com tenacidade sua experiência de desemprego.

As relações sociais de gênero apresentam um efeito bastante ambíguo neste caso. Embora as responsabilidades domésticas possam significar uma sobrecarga de trabalho, a relação de Helen com o trabalho e o espaço doméstico parece garantir-lhe uma relativa proteção subjetiva em relação ao desemprego. Vejamos mais detalhadamente o itinerário profissional de Helen.

## **O percurso profissional e a experiência do desemprego**

A formação profissional de Helen começa em março de 1973, aos 19 anos de idade, quando ela ingressa na universidade para seguir a formação em química industrial. Desde o início interessada pela química dos alimentos, Helen conclui os seus estudos universitários em 1976 e põe-se à procura de trabalho, sobretudo junto à indústria de alimentação. Naquele período, o mercado de trabalho era marcado por um amplo leque de oportunidades, tal como o desejo de Helen de conquistar o seu próprio espaço profissional. Por isso, ser mulher e não ter nenhuma experiência de trabalho parecia-lhe, naquele momento, os únicos obstáculos a serem superados.

Depois de nove meses de procura de trabalho, de viagens, de currículos enviados, de entrevistas realizadas, Helen encontra o seu primeiro e único emprego. Em setembro de 1977, ela é contratada como química responsável pelo controle de qualidade em uma fábrica de conservas vegetais em Pelotas, Rio Grande do Sul. Este período de procura de trabalho, caracterizado por um **desemprego de inserção**, constitui o início de um itinerário marcado por estabilidade no emprego e ascensão profissional.

## **A experiência profissional e a empresa**

Uma vez contratada, Helen é responsável pela instalação do laboratório que não existia até então. Naquele momento, começa e se consolida uma longa e forte relação com a empresa, na qual continuará exercendo por muito tempo a função de responsável técnica pelo laboratório.

Em 1981, devido a problemas financeiros, a empresa fecha as suas portas e é comprada por uma outra empresa local. Helen é convidada a permanecer na empresa que muda apenas de proprietário. Decorrido um curto período de transição, durante o qual Helen é formalmente despedida (agosto de 1981) e novamente contratada (dezembro do mesmo ano), ela retoma o seu trabalho como responsável pelo trabalho de controle de qualidade no laboratório da empresa.

Apesar da instabilidade econômica durante os anos de 1980, a empresa consegue manter um bom desempenho econômico que, no entanto, começará a degradar-se a partir do início dos anos 90. Desde a chegada dos novos proprietários, Helen diversifica gradativamente suas funções dentro da empresa. É assim que ela passa acumular a responsabilidade técnica do controle químico dos produtos com a função de gerente de produção, acompanhando mais de perto o processo de produção da empresa.

Em 1991, no contexto de uma nova conjuntura econômica e sob uma nova política interna de gestão, não mais alicerçada numa estrutura hierárquica inchada e fortemente hierarquizada, o cargo de gerente industrial, até então exercido pelos filhos do proprietário e Diretor-presidente da empresa, torna-se vago. Empregada há muito tempo na empresa e gozando da confiança da direção, Helen é convidada a preencher o cargo no qual se manterá até o momento em que a empresa pára suas atividades.

Desde 1994, as dificuldades econômicas da empresa avolumam-se. Limitações financeiras cada vez mais restritivas obrigam-na a reduzir os custos, a simplificar as técnicas da produção, a reduzir o pessoal, face às novas exigências do mercado. Ali começa o declínio definitivo da empresa.

De acordo com Helen, tratava-se de um problema de gestão. O Diretor-presidente da empresa não soube acompanhar as transformações do mercado nacional e internacional durante aqueles anos de profundas transformações econômicas e políticas. Segundo seu ponto de vista, faltava-lhe a agilidade e o dinamismo essenciais a um bom chefe de empresa.

O fechamento da empresa marca, por conseguinte, o início de um período de grandes dificuldades pessoais para Helen. As circunstâncias nas quais a sua demissão ocorreu, marcaram profundamente esta mulher sempre muito devotada ao seu trabalho e à empresa.

Helen conhecia a situação crítica da empresa e esperava ser chamada pela direção para negociar as condições de sua demissão. Ela esperava, ainda, participar de forma solidária deste momento difícil para todos, direção e trabalhadores. Contudo, este momento nunca chegou. Ela nunca foi convocada para discutir o processo de encerramento das atividades da empresa ou negociar a sua demissão. Pior ainda, Helen foi tratada, segundo seu relato, como qualquer trabalhador cujos direitos não foram respeitados. A empresa jamais depositou uma parte importante de sua indenização trabalhista, o que a obrigou a entrar com uma ação judicial contra a empresa. Acionar judicialmente a empresa foi a única maneira encontrada por Helen para tentar resolver o conflito estabelecido. Ela que sempre representara a empresa por ocasião dos conflitos com os trabalhadores e com o sindicato, em greves ou outros movimentos paredistas, ela que intervira nos conflitos trabalhistas a fim de defender a empresa e garantir a continuidade da produção, acabou sendo obrigada a recorrer ao sindicato dos trabalhadores para resguardar seus direitos.

A decepção e a tristeza foram muito intensas para ela naquele momento. Uma relação muito forte com a empresa foi brutalmente rompida. O seu trabalho e a empresa eram espaços centrais em seu mundo. A situação perturbou igualmente sua relação com a família, marido e filha, sobretudo, para os quais Helen tinha dificuldade de explicar o que ocorrera. Ela que a eles dedicava tão pouco tempo, que, freqüentemente, interrompia as suas férias e seus feriados devido ao trabalho, ela que quase nunca podia conciliar o seu trabalho com as férias escolares - pois a produção é sazonal e seu pico coincide com o período das férias escolares longas, em dezembro, janeiro e fevereiro -, ela que tanto se sacrificou pela empresa, como explicar uma

situação similar e como aceitá-la ela própria? Foi com essa perplexidade e tristeza que Helen experimenta sua crucial experiência de desemprego, marcando uma profunda ruptura em sua trajetória de vida e de trabalho.

### **A chegada do desemprego**

A experiência de desemprego de Helen tem início em abril de 1997 e altera completamente a vida desta mulher extremamente centrada no seu trabalho. O trabalho na empresa tomou-a sempre muito intensamente, tanto no que diz respeito à organização do seu tempo e de suas atividades concretas quanto em relação à sua subjetividade, à sua percepção do mundo.

Conforme transparece em seu relato, o trabalho na empresa sempre foi a atividade que regulou seu tempo, seu ritmo de vida, suas relações sociais. Seu trabalho sempre foi seu ofício, uma atividade plena de conteúdo e sentido e não apenas uma atividade economicamente orientada, geradora de renda e de autonomia pessoal.

O seu trabalho sempre foi também um trabalho na empresa, uma atividade realizada num espaço importante de relações e de trocas, que se insere de forma significativa em sua trajetória de vida. O seu percurso e o da empresa confundem-se. Esta é um espaço de sociabilidade profissional, onde Helen tem o reconhecimento de sua competência, de seu valor profissional, onde, enfim, ela construiu sua identidade enquanto pessoa e profissional.

Tal relação com o trabalho não pode implicar senão uma experiência de ruptura muito radical e de sofrimento no momento de chegada do desemprego. Inicialmente, esse desemprego significou para ela uma forte sensação de vazio, uma completa perda de referências, uma profunda modificação de seu estilo de vida, uma desorientação em seu tempo.

Inicialmente, Helen procura reagir e sai a procura de trabalho. Seu objetivo era de encontrar um posto de trabalho semelhante numa outra empresa industrial do setor de alimentação, mesmo que tivesse que ganhar menos e que as condições de trabalho não fossem tão boas como anteriormente. Porém, o setor passava por um momento de crise muito aguda, as oportunidades eram raras, as chances de encontrar um emprego muito remotas. As empresas demitiam muito mais que contratavam. Além do mais, segundo nos revela seu relato, quando contratavam, as empresas davam preferência aos jovens ou às pessoas com uma formação técnica inferior à sua, com o objetivo de reduzir os custos salariais.

Durante os quatro primeiros meses, Helen esteve intensamente a procura de trabalho. Ela enviou currículos, fez entrevistas, visitou agências de emprego, fez contatos junto a empresas locais, mas não conseguiu nada. É assim que Helen começa a redefinir suas estratégias de reinserção no mercado de trabalho, abandonando a procura ativa de trabalho e investindo seu tempo numa nova formação profissional, o ensino de química no ensino médio. Trata-se, em sua opinião, de um campo que apresenta amplas possibilidades de reintegração profissional. Além da rede de ensino privado e público, Pelotas tem ainda duas escolas técnicas que comportam o ensino de química em um nível mais aplicado. Helen estimava, naquele momento, que a sua experiência na indústria alimentar seria uma vantagem incomparável na atividade de ensino neste tipo de estabelecimento.

Para Helen, este novo projeto de reciclagem profissional, que consistia em realizar uma formação específica para obter a habilitação ao ensino, tinha um duplo sentido na tentativa de reorientar o seu percurso profissional. Permitiria, em primeiro lugar, recuperar o seu saber-fazer e sua qualificação profissional cujos riscos de subutilização eram evidentes, dada a inexistência de perspectivas de reinserção profissional no mercado de trabalho local. Em segundo lugar, tal estratégia permitiria uma retomada de seu projeto de vida construído em torno da atividade profissional, reduzindo, por conseguinte, o impacto inicial do desemprego.

Por ocasião do nosso primeiro encontro, em dezembro de 1998, seu primeiro ano de desemprego, Helen já tinha a perspectiva de participar da formação de professores numa Escola Técnica de formação superior em Pelotas. No entanto, a formação existia apenas em nível de projeto e estava, na ocasião, por ser implantada. A previsão inicial era de que o curso para habilitação de professores iniciasse no ano seguinte, o que não se confirmou.

Por ocasião de nosso segundo encontro, em novembro de 1999, a formação ainda não tinha sido implantada. Helen continuava, no entanto, a esperar. Tentava, por isso, ocupar o seu tempo com atividades “mentais”, como dizia, pois o desemprego significava, sobretudo, um “vazio intelectual” deixado pela falta do seu trabalho profissional. É assim que Helen ocupa-se durante alguns meses na organização do seu arquivo profissional, acumulado durante os anos trabalho na empresa. Esta atividade ajudou a manter-se ocupada intelectualmente, o que foi importante para ela, segundo seu próprio depoimento.

Outras atividades, porém, ligadas à sua profissão apareceram naquele momento. Helen é convidada a participar do Conselho de Químicos, a entidade de classe que fiscaliza a atividade profissional da categoria.

Helen encara ainda outras possibilidades, como a realização de concurso público para uma Fundação estatal de controle de desejos industriais ou ainda a realização de consultorias técnicas, o que efetivamente realizou naquele mesmo ano. Apesar da abertura de novas possibilidades profissionais, estas atividades constituem-se, segundo seu depoimento, em alternativas secundárias, dado que ou elas são eventuais, como as atividades de consultoria, por exemplos, ou elas absorvem apenas algumas horas de trabalho por mês, como as atividades de representação de classe.

Helen afirmava querer um “verdadeiro trabalho”, um emprego estável, uma atividade profissional que lhe agradasse, ainda que as condições salariais não fossem mais as mesmas de antes. Segundo afirmava, o importante não era propriamente o salário, mas a satisfação que pudesse tirar de seu trabalho.

## **O desemprego e a relação ao trabalho doméstico**

A experiência de desemprego de Helen é, inicialmente e, sobretudo, a tentativa de redefinir e retomar o seu itinerário profissional. Certamente, ela deseja continuar investindo em sua formação profissional, embora o fizesse, nos primeiros meses de desemprego, de maneira mais virtual do que real, pois o tempo dedicado a essas atividades ainda estava em nível de “projeto”. Subjetivamente, porém, o lugar ocupado pelo trabalho profissional continuava essencial em sua vida, mas não mais como antes de perder seu emprego.

Segundo Helen, a chegada do desemprego não só altera abruptamente seu mundo como redefine sua própria percepção de trabalho profissional e de sua vida privada e pessoal.

Helen mantém uma relação peculiar ao trabalho doméstico, que lhe permite, de uma só vez, certa preservação de seu universo profissional e uma reaproximação de uma importante dimensão de sua vida, seus vínculos pessoais e familiares. Essa relação peculiar ao espaço doméstico contribui decisivamente para que a experiência de desemprego seja menos difícil para Helen.

Primeiramente, o trabalho doméstico toma largamente o seu tempo. Helen ocupa-se da casa e, sobretudo, da cozinha, o que lhe dá muito prazer. O trabalho doméstico permite-lhe mesmo preencher consideravelmente o seu tempo de desemprego. Se o desemprego provoca-lhe uma sensação de estranheza, o trabalho doméstico a ajuda muito superá-la, recuperando em parte o que lhe é familiar. Por um lado, se é verdade que o trabalho doméstico acaba por tomar muito seu tempo, por outro, Helen frisa com muita ênfase seu gosto por estar em casa, por cozinhar - uma terapia para ela - ainda que essas atividades não possam preencher o “vazio intelectual” deixado pelo desemprego.

Assim, se no início o desemprego manifesta-se como uma experiência marcada pelo sofrimento e pela tristeza, dada a maneira brutal pela qual ocorre a demissão e a ruptura com a empresa, aos poucos Helen foi superando o impacto inicial e modifica consideravelmente o valor que atribui ao trabalho remunerado e ao espaço doméstico.

O desemprego altera radicalmente a rotina de vida de Helen. Ela afirma poder dormir mais, poder ocupar-se mais da casa, ler o seu jornal pela manhã, ouvir rádio, tomar seu chimarrão tranquilamente. Sobretudo, ela afirma poder se ocupar melhor de sua filha, de sua educação, de sua vida escolar, além de poder caminhar, de cuidar melhor de si mesma, de seu corpo, de sua saúde, de suas *“coisas de mulher”*. Ela afirma ainda poder passear mais, poder fazer crochê, na tentativa de preencher seu tempo com atividades mentais.

Helen é, contudo, consciente de que todas essas atividades são provisórias, sobretudo o trabalho doméstico. Não está em questão para ela a possibilidade de tornar-se uma dona de casa. Ela afirma ter necessidade de uma atividade intelectual. Não sabe mesmo dizer o que faria se uma situação como essa fosse definitiva. Essa percepção das atividades domésticas num registro provisório faz com que seus efeitos sejam benéficos, o que poderia ser diferente num outro contexto.

Apesar desse gosto pelo espaço e pelas atividades domésticas, Helen não deseja permanecer assim, seu objetivo é, apesar de tudo, seu trabalho profissional. Ao mesmo tempo, Helen não pretende mais levar sua atividade profissional no ritmo que mantinha anteriormente.

Helen afirma que sempre contribuiu mais que o seu marido para a composição do orçamento doméstico - o seu salário constituía 65% deste orçamento, segundo seu depoimento - mas nunca pode aproveitar melhor sua vida. Seu ritmo de trabalho era muito intenso, sua vida demasiadamente tomada pela atividade profissional, não tendo tempo para se dedicar à sua filha e à sua família.

Deste modo, a experiência do desemprego leva a um importante deslocamento dos sentidos atribuídos ao trabalho profissional. O desemprego provoca, portanto, um questionamento de sua devoção ao trabalho, à empresa. A sua relação com o trabalho e com a empresa era carregada afetivamente, não se tratava apenas de dedicar à empresa seu tempo, tratava-se de dedicar a ela sua disposição intelectual e emocional, sua devoção. A demissão coloca em xeque esse tipo de relação ao trabalho. Não se trata mais, para Helen de voltar a ter esse tipo de relação com o trabalho. Conforme afirma, o trabalho será para ela, a partir de então, uma outra coisa bem diferente, pressupondo uma relação menos carregada afetivamente, uma relação mais pragmática, mais racional. O tratamento que lhe foi dado pela empresa por ocasião da demissão serviu-lhe de lição. A sua devoção à empresa não lhe serviu para nada no momento mais difícil, implicando para ela, no final das contas, apenas tristeza e decepção.

Assim, de acordo com Helen, se trabalhar é importante, usufruir do lar e da vida familiar também o é. Helen passou a considerar enlouquecedor seu ritmo de vida anterior. Segundo afirma, depois da demissão, sua qualidade de vida melhorou muito. Viver deixou de ser, para Helen, quase somente o trabalho, a atividade profissional. Assim, o lugar subjetivo do trabalho em sua vida reduz-se sobremaneira, cedendo espaço a outras atividades e relações, tais como a família, o lazer, o bem-estar pessoal.

Este deslocamento de sua relação à vida e ao espaço doméstico, ainda que represente uma descontinuidade e ruptura em relação às suas práticas e percepções sobre esses espaços sociais (profissional, doméstico), implica igualmente certa continuidade em relação a que Helen considera como sendo sua posição no espaço familiar. Se, anteriormente, as tarefas domésticas mais pesadas não lhe diziam respeito, mesmo quando sua filha era pequena, dado que tinha uma boa empregada doméstica e que sua sogra ajudava-a a cuidar da menina, a administração e o acompanhamento das atividades domésticas nunca deixaram de estar prioritariamente sob sua responsabilidade. Segundo a descrição de Helen, seu marido sempre a ajudou muito, ele passeava com a filha, ia fazer as compras - com uma lista preparada por Helen. No entanto, era

Helen quem tomava as principais decisões na gestão do espaço doméstico, sem jamais deixar de ser a “dona de casa”.

Por conseguinte, a relação que Helen estabelece com o espaço doméstico é ao mesmo tempo alterada e reforçada com a chegada do desemprego. Sua atividade profissional significou sempre para ela um sacrifício imposto à família, um tempo indisponível para sua filha, seu marido, seu lar. Tratava-se, no entanto, de um preço a pagar pelo valor central por ela atribuído à sua vida profissional, pelo bom emprego que tinha, pelas características de uma profissão exigente. Com o desemprego, Helen retoma plenamente seu papel de dona de casa, sua responsabilidade em relação aos afazeres domésticos. Sua relação peculiar ao trabalho doméstico não se modifica substancialmente, o que muda é sua disponibilidade de tempo para estas atividades que tinham sido colocadas em segundo plano enquanto estava empregada.

Assim, a relação ao espaço doméstico afeta diretamente a experiência de desemprego e vice-versa. Neste caso, o desemprego acarreta claramente um reforço dos papéis tradicionais construídos no espaço doméstico. Ainda que esses “papéis” tenham sofrido importantes modificações, sobretudo com a presença mais maciça das mulheres no mercado de trabalho, eles parecem ter sido menos afetados em suas formas no interior mesmo do espaço doméstico. No caso de Helen, o desemprego apenas “libera” o tempo até então indisponível para o trabalho doméstico. É verdade também que este trabalho doméstico, neste caso particular, não impede uma procura sistemática de trabalho, visto que Helen dispõe de mecanismos para poder efetivar essa busca, suas condições econômicas são confortáveis, seu marido está empregado, sua filha já está crescida. Os principais obstáculos encontrados por Helen para efetivar sua reintegração na atividade profissional decorrem de dois fatores essenciais: a baixa oferta de postos de trabalho em sua atividade profissional, devido à própria crise do setor na região de Pelotas, bem como sua condição de idade, já que muitas empresas parecem preferir contratar jovens ao invés de trabalhadores mais velhos, qualificados e experientes profissionalmente.

Se, no início, o desemprego gera em Helen uma sensação de estranhamento, de ruptura e sofrimento, pouco a pouco essas sensações vão dando lugar a um sentimento de “familiaridade” vivida por ela no interior do espaço doméstico. Essa relação de familiaridade ao espaço doméstico e às atividades domésticas parece proteger Helen da experiência de desemprego que deixa de significar apenas a “ruptura” de uma “forte relação com o trabalho”, passando a significar também e de forma positiva um tempo disponível para a vida doméstica e familiar.

Mas a relação de Helen ao espaço doméstico também é modificada pela chegada do desemprego, que exige dela a mobilização de seus recursos intelectuais e simbólicos na tentativa de redefinir seus projetos de vida. Deste modo, a forte relação que Helen nutre com sua atividade profissional constitui uma fonte importante de recursos por ela mobilizados para enfrentar o período de desemprego. Vejamos mais detalhadamente como isso ocorre.

A paixão de Helen pela química permite-lhe uma peculiar reapropriação do trabalho doméstico, particularmente o trabalho de cozinha, de preparação das refeições, para o qual os seus conhecimentos técnicos são mobilizados. Segundo Helen, o que é a cozinha senão uma química cheia de sabor e que cheira bem muito? Helen e a sua família apreciam realmente os bons pratos, fazer a boa cozinha, com qualidade e prazer. Assim, o seu tempo no desemprego também é um tempo apropriado e recriado como um tempo para o prazer, para o exercício de uma competência profissional e pessoal.

Deste modo, a química permite também uma reapropriação de seu tempo dedicado à educação de sua filha. Além de poder dedicar muito mais tempo à jovem, Helen passa a acompanhar melhor o seu percurso escolar, ajudando-a em seus deveres. Mas ela não para por aí. Ao ajudar sua filha, Helen tenta compreender melhor como evoluiu o ensino da química, como os conteúdos são trabalhados na escola de sua filha, quais são os métodos utilizados para o ensino da disciplina, enfim, como a didática do ensino de química é posta em prática no atual



contexto escolar. Ao ensinar sua filha ela sente-se também aprendendo. Acompanhar sua filha se articula aos seus projetos de reconversão profissional e de investimento no trabalho remunerado. Uma atividade levada adiante no interior do espaço doméstico, como o acompanhamento da educação escolar de sua filha, está nitidamente relacionada com seus interesses profissionais. Deste modo, o seu tempo no desemprego é um tempo no qual Helen mobiliza seus recursos intelectuais e emocionais para cumprir com suas responsabilidades e, ao mesmo tempo, destinado a ampliar ainda mais esses mesmos recursos, de tal forma que ela possa convertê-los em instrumentos para sua própria atividade profissional “em projeto” de construção.

Nestas circunstâncias, o tempo de desemprego não é mais um tempo de sofrimento, um vazio, uma perda de identidade, mas ao contrário, um tempo de investimento em si mesma, um tempo de procura/investigação, de formação e talvez mesmo de prazer.

### **O desemprego de Helen: categoria fluida, uma categoria feminina?**

Do ponto de vista das estatísticas oficiais, o desemprego de Helen, depois de transcorrido período inicial, marcado por uma intensa procura de trabalho, é normalmente classificado sob a rubrica da inatividade. Podemos perceber, no entanto, que sua inatividade é apenas aparente, uma “ilusão” estatística, uma vez que sua ausência de procura de trabalho está relacionada, sobretudo, às condições peculiares e restritivas do mercado local de trabalho, cujas oportunidades profissionais são escassas para ela. Somando-se a isto o fator idade, sua perspectiva imediata mostra-se pouco promissora. Sua estratégia de reconversão e reinserção profissional é, nitidamente, uma circunstância do desemprego. O investimento em formação não será uma etapa “prévia” destinada a inserir-se no mercado de trabalho, como ocorre com os jovens em período de formação. Esse processo de reciclagem profissional levado a cabo por Helen é claramente uma dimensão de sua experiência de desemprego. Os parâmetros habituais, oficiais, utilizados para medir sua procura de trabalho tornam-se pouco eficazes para caracterizar sua “condição de atividade” no mercado de trabalho. Além de ser muito forte seu desejo de ter outro emprego, sua forte relação ao trabalho e à atividade econômica pode ser atestada pelo próprio investimento que pretende fazer em sua formação e reciclagem profissional.

A situação de Helen não decorre nem mesmo de uma suposta situação de desalento, visto que ela está em vias de reciclar-se profissionalmente. Se por desalento entendermos simplesmente a ausência de procura imediata de trabalho, a situação de Helen é efetivamente uma situação de desalento sem ser uma situação de desesperança em relação ao seu futuro profissional. Ao contrário, Helen demonstra muita motivação em relação ao seu projeto de reciclagem e reinserção profissional.

A experiência de Helen mostra-se, particularmente, pouco sensível à luz dos instrumentos institucionais de mensuração e classificação do desemprego. Em relação às pesquisas estatísticas, estas dificilmente captam tal situação de privação de trabalho como sendo um quadro típico de desemprego. Ainda que a categoria de “desemprego oculto pelo desalento” proposta pelo DIEESE contribua para captar e dar visibilidade a experiências desse tipo, ela apresenta-se, ainda, como uma categoria residual, pouco expressiva estatisticamente, e, ainda, incapaz de dimensionar a disposição efetiva de homens e mulheres em relação ao trabalho e à atividade.

A fraca constituição do desemprego como categoria administrativa mobilizada nas políticas públicas, dada a inexistência de registros administrativos de desempregados ou de mecanismos institucionais de intermediação destinados a recolocar esses desempregados e reciclá-los profissionalmente, também são fatores que contribuem decisivamente para subestimar a privação de trabalho e o desemprego como o de Helen. O desemprego é uma experiência muito individualizada, sem apoio nas instituições públicas e na sociedade de uma

maneira geral. Cabe aos indivíduos tomar todas as providências para procurar emprego, mobilizando seus próprios recursos para isso, investindo em formação ou reciclagem profissional. Não existem instituições e recursos coletivos suficientemente eficazes à disposição dos indivíduos para enfrentar a privação de trabalho. As atividades de procura, formação e qualificação profissional são pouco acessíveis e, frequentemente, privatizadas, supondo custos financeiros significativos que os indivíduos desempregados geralmente não podem suportar.

Mas, vale ressaltar ainda, a experiência de Helen é uma experiência de desemprego vivida no feminino. Assim, se a situação de Helen expressa, num primeiro olhar, uma simples condição de inatividade, tendo em vista uma situação de abandono da procura de trabalho, tal quadro pode ser visto também como expressão do modo pelo qual as relações de gênero estruturam a relação que muitas mulheres tecem com o mundo doméstico e o mundo extra-doméstico. Ocupando o tempo e a atividade feminina, o trabalho doméstico afeta de maneira direta a relação de muitas mulheres com o trabalho remunerado e com a procura de trabalho. O trabalho doméstico não afeta apenas objetivamente a procura de trabalho, concorrendo com o tempo que poderia ser disponibilizado para o mercado de trabalho, ele afeta a própria subjetividade feminina, na medida em que a necessidade de cumprir com certos papéis e exigências enquanto mãe e dona de casa moldam a percepção que as mulheres têm de si mesmas. No caso de Helen, ela pode, enfim, enquanto estava desempregada, consagrar um tempo que antes não dispunha para cuidar de sua filha, para ajudá-la em seus estudos, para cuidar da família, para preparar as refeições. Não se trata de atividades secundárias, sem muita importância. Estas atividades são percebidas por Helen como essenciais, atividades que não apenas reclamam seu tempo – que não puderam ser atendidas enquanto trabalhavam – mas que implicam sua própria identidade como mãe, esposa e dona de casa.

Neste caso, o tempo no lar, cuidando da filha, das necessidades da família, dos afazeres domésticos, não é somente um tempo de desemprego, algo que se faz porque não se tem um emprego, ainda que tenha sido o desemprego que tenha gerado tal disponibilidade de tempo. O tempo no lar, no trabalho doméstico é um tempo de trabalho e, por isso mesmo, um tempo que pode produzir efeitos ambíguos sobre a própria construção subjetiva da experiência do desemprego.

Helen, como mulher e estando desempregada, está igualmente no “lar”, no espaço doméstico. Estar no lar constitui, por conseguinte, para certas mulheres, uma maneira específica de estar no desemprego, diferentemente, por exemplo, de quando se está procurando um bico ou atividade eventual fora do espaço doméstico. As relações de gênero constituem, pois, as práticas e representações de homens e mulheres desempregados, condicionando suas diferentes maneiras de experimentar esse desemprego tanto objetivamente como subjetivamente.

No caso de Helen, sua relação positiva com o espaço doméstico, se converte num fator de proteção contra uma experiência desestabilizante de desemprego. Se para ela, o período inicial de desemprego foi bastante traumático, implicando um forte sofrimento, tendo em vista as condições de sua demissão, gradativamente ela foi recuperando sua estabilidade emocional e pôde redefinir seus projetos de vida. O trabalho e o espaço doméstico tiveram um papel importante no seu processo de reestruturação pessoal. O fato de ser absorvida pelas atividades e responsabilidades domésticas não foi vivido como uma situação negativa para ela. Ao contrário, ajudou-a a suportar a experiência traumática do desemprego, fazendo-a, inclusive, reconsiderar o “lugar” do trabalho remunerado em sua vida.

Certamente, o trabalho doméstico jamais foi um obstáculo para Helen retomar sua atividade profissional. Suas condições econômicas relativamente confortáveis lhe permitiriam substituir seu trabalho no lar pela compra destes serviços, contratando uma empregada doméstica. No entanto, vale ressaltar que, para ela - exemplo típico de uma mulher moderna, com formação e longa carreira profissional e que confere grande importância à atividade

remunerada e à profissão - estar no lar foi efetivamente uma maneira de estar no desemprego, de esperar a construção de um novo projeto profissional, após um período inicial de desemprego um tanto conturbado, tenso e acompanhado de uma ansiosa procura de trabalho. Estar no lar não foi para Helen, uma experiência constrangedora, vivida na privação e no confinamento, como talvez se esperasse de uma mulher “moderna”. Neste sentido, Helen é uma mulher tradicional, sem deixar de ser, porém, moderna, pondo em xeque mesmo estas categorias duais e seus respectivos estereótipos.

Certamente, o trabalho e as responsabilidades domésticas afetam as mulheres de maneiras muito diferentes, de acordo com suas condições socioeconômicas e familiares e de acordo com a relação subjetiva que estabelecem com o trabalho e o espaço doméstico. No caso de Helen, o desemprego teve como consequência seu “retorno” ao lar. Helen manteve sua empregada doméstica por alguns meses, mas após sua “aposentadoria”, Helen não voltou a contratar mais ninguém. Mesmo que voltasse a trabalhar, sua intenção era de não mais ter empregada doméstica em tempo integral em sua casa. Alegava que sua filha já estava grande e que as tarefas domésticas poderiam ser parcialmente distribuídas.

Assim, no caso de Helen, o trabalho e o espaço doméstico constituem seu tempo de espera. Não se trata de um tempo de constrangimentos e obrigações, como é muito freqüente entre as mulheres mais jovens, com filhos pequenos e de condições sócio-econômicas precárias. Seu tempo no desemprego é um tempo experimentado no feminino, vivido no limiar da “inatividade econômica” e na proximidade das “atividades domésticas”. Seu tempo de desemprego é um tempo de conciliação entre o trabalho doméstico e o investimento em sua reciclagem profissional.

## 5. Conclusões

O “desemprego” como categoria social diferenciada e, sobretudo, como questão social só muito recentemente passou a estar presente no debate político e sociológico. Por certo que a fragilidade da condição salarial no Brasil e a desigual correlação de forças nas relações sociais de classe - a fragilidade política da classe trabalhadora, o autoritarismo político no plano institucional - estão na raiz desse fenômeno. As transformações econômicas e as reformas políticas promovidas no Brasil a partir dos anos de 1930 e capitaneadas pelo Estado brasileiro nunca colocaram no centro do debate nacional a formulação de um projeto de reforma social ampla cujo objetivo fosse a redução das desigualdades sociais e regionais, a eliminação da pobreza e a efetiva integração dos trabalhadores às instituições públicas nacionais.

Na sociologia, a “questão do trabalho” apareceu sempre sob a rubrica de categorias como “exército do reserva”, “marginalidade”, “pobreza”, “informalidade”, tendo em vista a formação, no capitalismo latino-americano, de grandes excedentes populacionais não integrados aos circuitos do capital monopolista e do trabalho organizado.

A recente emergência do problema do desemprego no Brasil é, pois, o corolário da crise mais ampla do trabalho no mundo e que afeta nosso país de forma peculiar. A “questão do trabalho” se redefine e se desdobra. À **velha precariedade estrutural do trabalho**, tão bem expressa nos problemas enfrentados pelas ciências sociais latino-americanas nos anos 60 e 70, soma-se o **novo processo de precarização do trabalho** no contexto da reestruturação produtiva e das políticas de flexibilização e desregulamentação do trabalho. Neste novo contexto, o desemprego deixa de ser uma categoria social fluida, indefinida, imprecisa, que se confunde com a pobreza, a exclusão, a marginalidade.

Assim, só mais recentemente, quando “privação de trabalho” passa a atingir certos grupos sociais de forma mais durável - os operários qualificados, os profissionais de nível médio e superior, os trabalhadores escolarizados, até então relativamente imunes à instabilidade

econômica e à precariedade do mundo do trabalho - é que o desemprego passa a fazer parte da agenda política nacional e do debate público, emergindo como questão social. Para estes segmentos da sociedade brasileira, a “privação de emprego ou trabalho” passa a representar uma séria ameaça à sua reprodução social. Essa insegurança não é propriamente uma novidade. A novidade seria sua extensão e generalização entre esses segmentos mais protegidos, o que tem, evidentemente, um efeito sobre os demais segmentos historicamente precários.

Deste modo, a emergência do desemprego como questão social tem um efeito sobre o conjunto da sociedade brasileira e não apenas sobre os segmentos assalariados estáveis da classe trabalhadora que perderam ou vem perdendo seus empregos e sua capacidade de organização política e sindical. O desemprego põe em xeque a capacidade desses setores de se apresentarem legitimamente, de forma coesa e organizada, como atores políticos relevantes no cenário nacional. O desemprego dissolve o sentido de pertencimento de classe desses segmentos da sociedade brasileira. Nestes termos, o desemprego expressa um importante deslocamento das relações sociais de classe em detrimento dos trabalhadores e favorecendo amplamente o capital.

Além disso, o desemprego torna-se, cada vez mais, uma categoria social acessível e crescentemente mobilizada pelos grupos sociais estruturalmente excluídos das relações de emprego protegidas, podendo expressar também suas formas peculiares de representar a privação de trabalho e de conduzir suas ações.

Mas, se por um lado o crescimento do desemprego expressa um importante deslocamento das relações de classe, por outro, ele afeta também profundamente as experiências dos trabalhadores em suas trajetórias de vida, podendo provocar reações contrárias e focos de resistência e luta dos trabalhadores privados de trabalho, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e de outros movimentos sociais de grupos ditos “excluídos”.

Ao mesmo tempo, se a representação dessa privação de trabalho possui um forte viés de classe, expressando a crescente insegurança dos setores mais organizados, estáveis e protegidos, a representação dessa privação também tem um forte viés de gênero. Homens e mulheres podem representar de forma diferenciada sua privação de trabalho segundo a posição que ocupam nas relações sociais de gênero.

Deste modo, mais instáveis e vulneráveis que os homens no trabalho, as mulheres tendem a apresentar taxas de desemprego mais altas, seja devido a mudanças na estrutura ocupacional seja devido a mudanças culturais. As mudanças na estrutura ocupacional nas últimas décadas, ao reduzirem o peso do trabalho industrial e ao aumentarem o emprego no setor de serviços - frequentemente mais precários - estariam provocando uma participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, em postos de trabalho mais tipicamente femininos. A precariedade econômica, o achatamento salarial e a necessidade de ampliar o orçamento doméstico também contribuem para o crescimento da participação feminina. As mulheres tornam-se cada vez mais importantes no provimento das necessidades econômicas de seus grupos familiares. Além disso, a crescente participação das mulheres no trabalho remunerado tem também um forte componente cultural e psicológico, na medida em que as mulheres vêem nele a possibilidade de conquistar maior autonomia, independência, reconhecimento social e novos laços de sociabilidade.

Deste modo, o crescimento da atividade feminina implica mais frequentemente para as mulheres do que para os homens uma situação de desemprego aberto. Isto se explica, em parte, porque uma divisão sexual do trabalho remunerado penaliza as mulheres com menos oportunidades de trabalho regular e estável. Assim, o crescimento da ocupação feminina é acompanhado por um crescimento ainda mais intenso da atividade feminina. O resultado é uma maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, com taxas de desemprego mais

elevadas. Ao mesmo tempo, as mulheres recorrem menos frequentemente que os homens aos bicos e trabalhos eventuais e, portanto, estão menos predispostas a serem classificadas como ocupadas ou subocupadas pelas pesquisas estatísticas.

As relações sociais de gênero têm, pois, uma importância decisiva na formação e estruturação desses movimentos. A forte relação das mulheres com o trabalho doméstico mostra-se como um fator decisivo tanto na constituição de uma inserção mais instável e precária no trabalho remunerado, como para a formação de um movimento ambíguo e contraditório em relação ao desemprego. Mais presentes no desemprego aberto, as mulheres estão também menos visíveis numa situação de privação de trabalho vivida no limiar entre a atividade e a inatividade. Ao mesmo tempo em que procuram trabalho mais abertamente, com o recurso menos freqüente às formas de trabalho eventuais, as mulheres encontram-se também mais frequentemente limitadas e bloqueadas em sua inserção no mercado de trabalho devido às obrigações e pressões do trabalho doméstico.

Enfim, é importante ressaltar que as relações de gênero deslocam-se intensamente, que a divisão sexual do trabalho adquire novos contornos e que novas formas de desigualdade e discriminação são produzidas. O desemprego é uma das expressões desses deslocamentos das relações sociais entre homens e mulheres.

A subestimação da privação de trabalho das mulheres, na medida em que elas permanecem frequentemente invisíveis no interior do espaço doméstico realizando suas atividades rotineiras e quotidianas, pode ter um efeito importante no sentido de reforçar as desigualdades de gênero. Nestes termos, a divisão sexual do trabalho tradicional, ao conferir prioritariamente às mulheres o trabalho doméstico, tenderia a produzir não apenas formas de desemprego invisíveis, mas uma subestimação do próprio déficit de trabalho estável e de segurança e estabilidade social numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais. Contraditoriamente, o espaço doméstico, por vezes, pode proteger e ser um refúgio no qual algumas mulheres podem reconstruir seus projetos e suas lutas por um lugar mais digno e melhor reconhecido nas relações sociais.

## 6. Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.

APPAY, Béatrice & THÉBAUD-MONY, Annie. (Org.) *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris, IRESO/CNRS, INSERM, 1997.

AZEVEDO, Beatriz. O setor informal. IN: *A Economia Gaúcha e os anos 80*. Tomo 1. FEE. Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Setor informal: alguns mitos. *Indicadores Econômicos FEE*, nº 17, 1989.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: *Reforma do Estado & Políticas de emprego no Brasil*. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 1998.

BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. *Revista latinoamericana de estudios del trabajo*, nº 2, 1996.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1977.

- BOURDIEU, P. *Sociologia: Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. Espaço Social e Poder Simbólico. In : BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CATTANI, A.D. (org.) *Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico*. Porto Alegre, Vozes, 1997.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Desemprego e regulação no Brasil hoje. *Cadernos do CESIT*, nº 20, 1996.
- DEMAZIERE, Didier. *Le chômage en crise ? La négociation des identités des chômeurs de longue durée*. Paris, Presses Universitaires de Lille, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Le chômage. Comment peut-on être chômeur ?* Paris, Belin, Perspectives sociologiques, 299p., 2003.
- DURKHEIM, Emile. *O Suicídio*. São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A Divisão do Trabalho Social*. Lisboa, Presença, 1984.
- \_\_\_\_\_. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Nacional, 1987.
- FREYSSINET, Michel. L'invention du travail. *Futur antérieur*. Nº 16. Paris, l'Harmattan, 1993.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho. Crítica à razão econômica*. Paris, Galilée, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- GRUN, Roberto. O medo do desemprego e as mudanças no universo simbólico das classes médias brasileiras. In: Reis, Elisa (Org.). *Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, ANPOCS/Hucitec, 1996.
- GUIMARÃES, Nádia. *Caminhos Cruzados. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo, Editora 34, 2004.
- GUIMARÃES, N. & HIRATA, H.(Org.) *Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2006.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. 1996.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- HIRATA, H. & HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. *RBCS*. Nº 11. Vol. 4. ANPOCS. 1989.
- HIRATA, H. & KERGOAT, D. La division sexuelle du travail revisitée. In: MARUANI, M.(Org.). *Les nouvelles frontières de l'inégalité*. Paris, La découverte/MAGE, 1998.
- HUGON, Philippe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. In: *Ensaio FEE. Trabalho Informal e pequenas empresas*. Nº 36. Porto Alegre, 1997.
- KERGOAT, Danièle. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. IN: *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

- \_\_\_\_\_. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, Jacques et alii. *Le monde du travail*. Paris, La découverte, 1998.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- LAUTIER, Bruno. Secteur informel et emploi : l'enseignement des pays sous-développés. Le chômage éclaté. *Critiques de l'économie politique*, n° 28, 1984.
- LEDROUT, Raymond. *Sociologie du Chômage*. PUF, Paris, 1966.
- LEITE, Márcia de P. *Trabalho e sociedade em transformação. Mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens. Trabalho e ser social*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- LÖWY, Hana & ROUCH, Hélène. (Org.) La distinction entre sexe et genre. *Cahiers du Genre*. N° 34. Paris, L'Harmattan, 2003.
- MALAGUTI, Manoel L. *Crítica à razão informal. A imaterialidade do salariado*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- MARUANI, Margaret.(Org.) *Les nouvelles frontières de l'inégalités. Hommes et femmes sur le marche du travail*. MAGE. Paris, La Découverte, 1998.
- MARUANI, Margaret. *Travail et emploi des femmes*. Paris, La découverte, 2000.
- MARX, Karl. *Os manuscritos econômicos e filosóficos*. In : Fromm, Erich. *Conceito Marxista do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MATTOSO, J. et alii (org.). *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995.
- MATTOSO, J. e BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Seminário crescimento e emprego* (texto), 1996.
- NUN, José. O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. *Novos Estudos*. N° 56. CEBRAP, São Paulo, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- POCHMANN, Márcio (org.). *Desenvolvimento, trabalho e Solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo, Cortez, 2002.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Contexto, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- SABOIA, João (1996). Mercado de trabalho no Brasil – Evolução e tendências recentes. *IEI/UFRJ* (texto).
- SALAI, R.; Baverez, N. & Reynaud, B. *L'invention du chômage*. Paris, PUF, 1986.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil na análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan & TILLY, Louise. *Les femmes, le travail et la famille*. Paris, Rivages/Histoires, 1987.

SCHNAPPER, Dominique. *L'épreuve du chômage*. Paris, Gallimard, 1994.

SANTANA, Marco A. & RAMALHO, José R. *Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo, 2003.

SEGNINI, Liliana. *Mulheres no Trabalho Bancário. Difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo, Editora USP, 1998.

TOPAVOV, C. *La naissance du chômeur. 1880 – 1910*. Paris, Albin Michel, 1994.

VARGAS, Francisco. *Relações sociais de classe e gênero : o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1994.

\_\_\_\_\_. *Théories du chômage : réflexions sur la catégorie chômage en France et au Brésil*. Mémoire secondaire. D.E.A. Cultures et comportements sociaux. Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines. Paris, 1997.

\_\_\_\_\_. *L'émergence du chômage au Brésil : reproduction et changement des rapports sociaux*. *Cahiers du Genre*, nº 26. Paris, L'Harmattan, 1999.

\_\_\_\_\_. *Chômage, souffrance et rapports sociaux de sexe*. Document de Travail – CIPPT 3 Février, 2001. La peur et l'action dans le champ du travail. Paris, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1987.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, Ed.UnB, 1991.